

LEITURAS



Página da Educação,
Profedições, Porto, Verão 2009.

A revista "Página da Educação" inicia uma nova fase com a publicação de um portal na Internet em actualização permanente e de um número em papel de periodicidade trimestral. O nº 185, relativo ao Verão de 2009, é extremamente rico e diversificado, contando com várias entrevistas e artigos de autores nacionais e estrangeiros. A professora da Universidade de Estado do Rio Janeiro, Raquel Goulart Barreto, brinda-nos com uma peça sobre os "artefactos tecnológicos", em que reflecte sobre o uso e abuso das novas tecnologias de informação e a distribuição maciça de laptops pelas escolas, o que demonstra que o "magnífico" plano tecnológico do actual Governo não é original, mas uma mera imitação de algo que se generaliza a nível global sob a pressão das multinacionais da informática. A professora

brasileira, para além de constatar implicitamente que os computadores são apenas uma ferramenta de trabalho e não um fim em si próprio, conclui que a "chuva" de artefactos tecnológicos corre o risco de converter-se numa espécie de gadgetização programada, muito lucrativa para alguns, mas imbecilizante para a maioria dos seus utilizadores, se continuar a faltar o essencial que é "o encaminhamento de perguntas relativas à sua apropriação educacional" (p. 13). Rui Canário, docente da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Lisboa, critica as concepções que reduzem a função da educação a garantir a empregabilidade. O discurso dominante que pretende pôr as escolas a reboque das empresas é também um discurso hipócrita porque, para além de legitimar as formas precárias de trabalho que crescem como cogumelos, constitui "uma variante das habitual cantilena dos dirigentes e poderosos que pretendem «defender o nosso bem» e, ao mesmo tempo, nos culpabilizam por não o alcançarmos" (p.23). Em suma, dizem os neoliberais e os seus cúmplices social-liberais, somos culpados da nossa situação de desemprego "voluntário" porque fazemos "más escolhas", ou seja, escolhas que não garantem a nossa empregabilidade ou, o que é mesmo, não nos transformam em instrumentos dóceis e acrílicos da valorização do capital. Por fim, Isabel Baptista da Faculdade de Psicologia e Educação da Universidade Católica do Porto oferece-nos um interessante artigo sobre a escola como "lugar de emancipação e procura de verdade que resiste aos apetites do imediato" (p.53). Esta perspectiva alternativa ao modelo dominante da "escola-empresa" remete para uma nova visão da escola. A escola baseada numa concepção meritocrática do saber e do conhecimento que instaura a competição de todos contra todos com o patrocínio do ME é uma escola redutora e que "forma" seres mutilados. É necessário, pelo contrário, construir uma nova escola em que "mais importante do que ser

o «o melhor do mundo», o melhor professor, o melhor aluno, a melhor escola é tentar ser «o melhor para o mundo», respondendo com sentido de solidariedade ao outro que, sendo diferente, nos é próximo" (p. 53).

BLOGS



<http://aventar.eu/>
Blogue sobre actualidade, onde "os aventadores" focam todos os assuntos da actualidade. Qualquer pessoa pode participar. Tem uma área especial para professores.

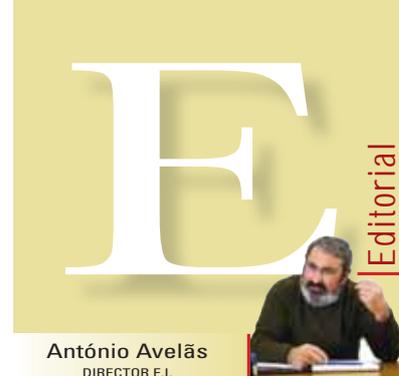


<http://legoergosum.blogspot.com/>
Blogue do Professor José Luíz Sarmiento sobre leituras, actualidade e assuntos relacionados com a profissão. Vale a pena ler os textos escritos por este colega.

SITES



<http://twitfs.com/>
Simples e fácil de partilhar ficheiros no Twitter. É só escolher e introduzir o link com o clip de vídeo, de áudio, imagem ou documento.



António Avelãs
DIRECTOR E.I.

Lei Sindical: responder com energia e inteligência a uma Lei injusta

Boa parte da actividade sindical passou a ser regulada pela Lei 59/2008 e anexos, de 11 de Setembro. A característica mais saliente desta Lei é perverter de forma inequívoca o princípio da representatividade: no que respeita à atribuição de créditos sindicais (i.e. o número de horas concedido a cada dirigente sindical para desenvolver a sua actividade) a Lei estabelece que é igual para todos os sindicatos que ultrapassem 10 mil sócios. Clarificando com um exemplo real: para efeito de atribuição de créditos sindicais, o Ministério da Educação procedeu, em 2007, à contagem dos sócios dos sindicatos. Nessa contagem, o SPGL tinha 18230, o SPN 13598, o SPRC 10590 e o SPZN (sindicato da FNE) 10464 (1) E a cada um foram atribuídos créditos de acordo com esta “medição”. Pois bem: a nova Lei atribui a estes sindicatos (os únicos que na área dos professores atingem 10 mil sócios) o mesmo número de créditos! Seria o mesmo que a Lei eleitoral determinar que para cima de 500 mil votos os partidos teriam o mesmo número de deputados eleitos! Não se pense que tal absurdo resulta de um “descuido” ou de “falta de atenção” dos deputados da maioria. Para esta incongruência foram alertadas as Comissões de Trabalho e de Direitos e Garantias da A.R. Tarefa inútil: para lá das hipócritas manifestações de compreensão e de promessas de intervenção dos deputados socialistas que nos receberam, a Lei manteve-se inalterável.

A este poder interessa obviamente que haja sindicatos; desde que sejam pequenos, fracos e de preferência muitos numa mesma área profissional.

No caso do SPGL as consequências desta Lei traduzem-se na redução em 2/3 das horas de créditos sindicais relativamente ao ano anterior! Do equivalente a 59 horários passamos para 19. Este ataque vai criar inevitavelmente dificuldades acrescidas na ligação do SPGL às escolas e aos professores - uma matriz determinante no tipo de intervenção sindical desde sempre do SPGL. A resposta a este ataque exige um significativo reforço da rede e da actividade de delegados sindicais que terão de assumir tarefas e responsabilidades até agora assumidas pelos dirigentes sindicais. A direcção do SPGL atribui-se a si própria uma meta ambiciosa: a de ter eleito em cada agrupamento/escola não agrupada, até ao final de Outubro pelo menos um delegado sindical (o modo de eleição também está regulado pela Lei 59/2008). Só com uma rede de delegados sindicais assim constituída será possível manter o SPGL como um sindicato de referência no movimento sindical português. Tarefa tanto mais necessária face ao novo quadro criado pela imposição do modelo do “director” às escolas e aos problemas de índole diversa colocados pelo absurdo modelo de avaliação de desempenho e pelo ECD na vida interna das escolas.

Escrevo este editorial um escasso mês antes de eleições legislativas. Esperemos que elas marquem o termo de um dos mais negros períodos para a vida das escolas e dos professores em regime democrático. Um período marcado pela arrogância e incompetência de uma equipa do Ministério da Educação que fez do ataque à profissão docente e da humilhação dos docentes objectivos centrais da sua actuação, com prejuízos na vida das escolas que perdurarão pelos anos próximos. Uma equipa que teimosamente o Primeiro Ministro decidiu proteger contra todas as evidências e alertas das mais avisadas vozes e das enormes manifestações e lutas da classe docente. Apresentámos, através da Fenprof, a todos os partidos, a necessidade de encontrar soluções adequadas para os problemas da Educação e do Ensino. Ainda nos restam forças para acreditar que é possível criar um futuro melhor para as nossas escolas, para os nossos alunos e para a profissão docente. ■

(1) - Número de sócios de cada sindicato nas escolas públicas, com exclusão do Ensino Superior, aposentados e desempregados.



ficha técnica:

Director: António Avelãs . Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luísa Viana, Joaquim Veiguiña, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires, Delém Campos . Redacção: Lígia Calapez. Paginação e Grafismo: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha. Composição: Idalina Martins, Líria Roque . Revisão: Luísa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Filha de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . N.º PC: 501057528 Períodicidade: Mensal . Tiragem: 29 000 Depósito Legal: 9157/85 . ICS: 109893.

Neste número:

2 Sugestões

4 BD . Contactos

5 Dossier

Avaliação de desempenho

18 Reportagem

Os necessários ingredientes de um projecto

22 Cidadania

22. Sovinice incorporated

23. Sílvia, uma das melhores pessoas que já conheci

24 Escola/Professores

24. Ensino Superior

25. Profissionalização pela Universidade Aberta

26. Externato Educação popular

27. Carta Reivindicativa

30. Revisão dos Estatutos do SPGL

31 Aos sócios

35 Consultório Jurídico

Efeitos da suspensão do Contrato de Trabalho por impedimento prolongado



A prorrogação do “Simplex 2” por mais um ano é a capitulação total do M.E. quanto à questão da avaliação do desempenho docente e o seu “lavar das mãos” quanto a esta matéria.

PÁGINA 19



■ AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho é uma vez mais – e entre dois anos lectivos – tema de dossier.

Não por acaso. Como se refere em “Notas em fim de ano lectivo”, que dá conta de uma ano ímpar de lutas de professores, “perdemos mais um ano da nossa vida colectiva, em grande parte, a correr atrás de papéis”.

Em contraposição à política do ME, as propostas da FENPROF para a avaliação do desempenho docente são aqui analisadas à luz das conclusões do relatório da OCDE.

O dossier conclui com uma clarificação de “O verdadeiro significado do Simplex 3” e uma promessa: “a luta vai continuar”.■

Notas em fim de ano lectivo

Carlos Silva
professor do 2º ciclo
São Morais
professora do ensino secundário

Ao iniciar-se o ano lectivo de 2008/2009 era notória a apreensão sentida nas escolas. Todos os dias se escutava algum colega anunciar que entregara os papéis para a antecipação da sua reforma com gravosas penalizações monetárias. A inútil e completamente artificial divisão da carreira, assente em critérios tão injustos quanto polémicos, e as alterações impostas unilateralmente ao ECD, permaneciam como a marca de uma injustiça cuja sombra obscurecia, desde o início do ano, o ambiente entre os docentes. Nas escolas ninguém estava em paz e ninguém conseguia encontrar a serenidade necessária para as exigentes tarefas do início do ano lectivo.

O ano lectivo anterior (2007/2008) acabara em clima de grande tensão com centenas de escolas a declararem a sua recusa em aplicar um modelo de avaliação imposto pelo ME, clonado de um outro, cuja aplicação havia sido en-

saiada no Chile, com - pelo que consta - fracos resultados. Foi um ano em que os professores recorreram a quase todo o repertório possível de formas de protesto: abaixo-assinados, greves e várias manifestações, entre as quais sobressaía a grandiosa manifestação de 8 de Março, que atingira os cem mil participantes. A resistência dos professores à frenética catadupa de despachos e decretos terminou com a assinatura de um memorando de entendimento que se veio a revelar uma fonte de divergências e crispções entre companheiros de trabalho.

Inconformismo e indignação

Nas conversas diárias das salas de professores, eram trazidas para a (des)ordem dos dias, o inconformismo e a indignação sentidos por todos, fazendo emergir uma cada vez mais premente necessidade de expressar o mal-estar reinante.

Alguns Conselhos Executivos, numa azáfama de cumprimento de prazos, pressionados por telefonemas e inquéritos dos gabinetes de Lisboa, calendarizaram a entrega dos objectivos individuais logo para o mês de Setembro, enquanto outros deixavam passar o tempo, à espera de uma inflexão, confiando que a incontinência legislativa do Ministério se mantivesse e, cedo ou tarde, produzisse a contra-ordem.

Todos os dias havia novos incidentes. O trio dirigente da 5 de Outubro nunca deixou de alimentar a crispção nas escolas, fazendo gala em exhibir as suas inverdades e a sua indiferença impávida perante todos os protestos.

Como é possível estes gestores de recursos humanos – que também o são – terem a pretensão de realizar quaisquer reformas, desprezando continuamente os saberes e a experiência dos profissionais que, no terreno, as deveriam aplicar? Até onde iria (irá) a insensatez, a inabilidade e a incompetência política?

Entre sites, blogues e e-mails,

íamos tendo diariamente notícia da reacção dos professores, nas escolas.

No início de Novembro, um pouco por todo o país, recrudescia o movimento de contestação à prepotência da governação. Só um governo completamente cego e surdo não teria a percepção da desordem e da indignação que se meara nas escolas.

Era o multiplicar imparável das reuniões em que se reafirmava a recusa da entrega dos Objectivos Individuais e do modelo de avaliação que, obstinadamente, se teimava em querer impor às escolas.

Era principalmente através dos blogues e sites que, em primeira-mão, muitos factos conheciam divulgação. Este é um elemento emergente destes anos de luta dos docentes: os blogues confirmaram-se como importantes veículos informativos e dinamizadores, realizando uma difusão rápida e diversificada da informação, promovendo o debate democrático, a divulgação de perspectivas e sobretudo contribuindo para formação de uma consciência crítica, que se revelou fundamental na desmontagem de operações de propaganda e manipulações com que, através dos órgãos de informação instituídos, os poderes iam fazendo as suas jogadas.

Diariamente, através da net, foi possível revigorarmo-nos e ganharmos ânimo, ao vermos crescer constantemente a lista de escolas que recusava o modelo e suspendia a sua aplicação, em desafio às imposições de um governo prepotente.

Gestão não democrática

No meio dessa agitação contra o modelo de avaliação, foi-se instalando a gestão não democrática. Formaram-se listas para o Conselho Geral Transitório, “mais vale estarmos lá nós do que outros, não é?”. E lá se juntaram professores e funcionários e mais outros tantos, muitas vezes

não eleitos, pais, representando “associações” quase fictícias e ainda “os designados”, quer pela autarquia quer pelos tais interesses económico-sociais. Esses tais interesses que, durante décadas, ignoraram as escolas e os seus muitos problemas.

A escola mudava e nós, tão atolados em reuniões, em intermináveis leituras de novos diplomas legais, em impressos e em fichas, nem conseguíamos reagir.

Pessoas que cresceram como professores na escola democrática e que contribuíram para o aprofundamento democrático da própria escola desistiam, pediam a reforma. E assim fomos vendo partir, ao longo de todo este ano lectivo, muitos dos melhores de nós, de forma prematura e abrupta.

Como pode ser o governo socialista a acabar com a gestão democrática? Como pode um governo socialista ignorar a experiência democrática de gestão e abandoná-la? Como pode um governo socialista ignorar os porta-vozes de uma classe e mentir ou distorcer sempre que apanha um microfone?

Como poderá a escola formar para a cidadania democrática, quando se lhe reduzem os processos democráticos que deveriam servir de exemplo aos alunos?

Ao ler as tomadas de posição dos professores nascia um orgulho, nunca dantes experimentado, por pertencer a esta classe que se une em defesa da democracia na escola, da negociação e de uma avaliação focada na melhoria da prática lectiva.

Nas reuniões de Conselhos de Directores de Turma e nos Conselhos Pedagógicos, tentava interpretar-se o ininterpretável estatuto dos alunos, que a Ministra interpretou(?) num domingo à tarde, depois de um encontro, ou melhor recontro, com alunos, em que voaram ovos.

Em Novembro havia ainda mais professores revoltados do que em Março do ano lectivo anterior. A classe foi quase toda para a rua manifestar a rejeição pela política e mais ainda pela forma de fazer política deste Ministério/ Governo.

Festa e persistência

Foi uma festa. Os comboios iam cheios de nós, dos nossos cartazes, das nossas conversas. Um oceano de professores banhou o centro de Lisboa, nesse dia. Nunca se vira uma classe profissional assim unida e em protesto. Fizemos História. Éramos cento e vinte mil.

Naquele Novembro fervilhante de actividade, muitas professoras e professores sem experiência de activismo juntaram-se aos mais activos e aos delegados sindicais na tomada de iniciativas, nas propostas, na organização de acções.

Logo oito dias depois, nova e expressiva manifestação de quase quinze mil professores passa em protesto pela sede do PS no Rato e inunda S. Bento, mesmo sem convocatória sindical.

Num afã sem horário, penduraram-se panos, afixaram-se cartazes, redigiram-se comunicados aos alunos e Encarregados de Educação, fizeram-se circular centenas de mails de luta e assim se pararam as escolas no dia 3 de Dezembro.

Nas nossas escolas onde nunca se fizera uma greve com mais de 40% de adesão, que nos lembramos, passámos os 90%. A nível do país acumulavam-se os índices de uma elevadíssima adesão. Lá estivemos à espera dos telejornais das 13 e das 20, mas a já crónica e sempre inconclusiva “guerra dos números”, deixou em quem doou parte do seu orçamento familiar para esta luta (cá em casa, somos dois professores) um sabor a desconcerto e a frustração.

Assarapantada, a ministra enviou os acólitos a reuniões com os PCEs para descobrir maneira de manter a farsa. Afinal – concluíamos - o problema dos professores era não saberem preencher as grelhas, coitaditos, o modelo seguiu com grelhas simplex para apoucados.

É preciso muito cinismo para responder desta maneira à maior

manifestação de sempre de um sector profissional. Que falta de respeito pela vontade expressa das pessoas, que desprezo revelado pela opinião de 120 mil!

O adiamento da aplicação plena dos efeitos de uma lei que, só por teima, miopia política e falta de coragem não se suspendeu, foi a resposta aos protestos.

A pergunta que fazíamos era: Por quanto mais tempo continuarão os professores a acreditar que vale a pena expressar a sua oposição e o seu repúdio? Estaríamos preparados para uma guerra longa, de desgaste lento e continuado, em que “persistência” é a palavra-chave e mais do que a exaltação momentânea, a perseverança, firme e constante, é a atitude adequada para a vitória?

Simplex e entrega de OIs

O novo ano civil iniciava-se com a publicação em Diário da República do simplex, de que nasce novo calendário para entrega dos objectivos individuais, de acordo com o dito.

Na TV e nos jornais passou a haver dia sim, dia sim, ameaças de processo disciplinar, com as opiniões e os pareceres a sucederem-se, tendo como pano de fundo um emaranhado de leis feitas à pressa em que a falta de clareza, os remendos e as incongruências se revelavam à evidência.

Nas escolas, os PCEs foram instruídos para afirmar que era obrigatória a entrega e que haveria consequências para quem não cumprisse, o que aumentou, ainda mais, o mal-estar reinante. Instalou-se a dúvida e cresceu o clima de coacção e de medo laboriosamente alimentado pelos responsáveis do ME.

Triste argumento, o da força, utilizado por aqueles a quem faltou a razão.

Nos sites do Movimento Sindical Docente e nos blogues de professores, prosseguia a divulgação diária de listas de escolas em que a maioria dos professores recusa-

va entregar os OIs. Fez-se dessa batalha uma questão demasiado crucial, no que, na nossa opinião, não terá sido a melhor estratégia. A tensão nas escolas aumentou para níveis muito elevados: quem suportaria a pressão e não entregaria? Quem iria ceder e entregar o documento de todas as controvérsias?

Em meados de Janeiro marcaram-se reuniões para tomada de posições nas nossas escolas. O Manuel Grilo e a Isabel Pires, da Direcção do SPGL, estiveram connosco, a dar o apoio que lhes pedimos. Era chegada a hora de uma tomada de posição individual, com consequências individuais. Nas nossas escolas/agrupamentos, afinal, já não estávamos quase todos, éramos metade ou um terço... A maioria afirmou que, perante as pressões e as ameaças mais ou menos veladas, entregaria os OIs, apesar de rejeitar o modelo.

Muitos de nós havíamos apelado à manifestação individual de repúdio por este modelo de avaliação, não entregando os objectivos individuais. Procurámos informação sobre as consequências da não entrega, fomos a reuniões convocadas por Movimentos e Sindicatos, não saíamos do computador, a consultar blogues, a trocar opiniões. Mas a coacção e o medo vencem - apenas 10% de professores, nas nossas duas escolas, ousou não entregar. A nível nacional, apesar de todas as ameaças, no fim da batalha um terço não entregaram os seus objectivos.

Surpresa - vários professores requereram avaliação assistida. O ambiente degradava-se, ficava poluído e irrespirável entre pessoas que trabalhavam juntas diariamente. Cheirava-se a decepção de uns e o embaraço de outros. Parecia que o ministério estava a conseguir dividir-nos de novo. Suspeitava-se de oportunismo e de aproveitamento da situação por parte de colegas que resolveram - contrariando posições anteriores - candidatar-se ao “excelente”, numa aparente tentativa de beneficiarem de um cenário de

falta de concorrência. Relações pessoais de anos são abaladas.

Curiosamente, e apesar da decisão de a maioria entregar os objectivos, a greve no dia 19 atingiu valores de adesão muitíssimo elevados, registando-se apenas uma ligeira diminuição em relação à anterior. Mais uma vez, nas TVs, foi a insuportável guerra de números, o desfile de “notícias” inconclusivas e sem destaque. Uma greve sai muitíssimo cara aos depauperados orçamentos familiares! Como se justifica que se ignore o seu significado? Como é possível não se procurar mais determinadamente a verdade dos factos, não se investigar, não realizar auscultações a sério?

Holofotes intermitentes sobre a escola

Apesar do insuficiente destaque dado às greves, os holofotes do país voltaram-se, a espaços, para o sistema educativo. Descobri-se que toda a gente notável tem grandes opiniões para dar sobre as questões da escola pública e da educação. Gente que não faz a mínima ideia do que é a escola pública de hoje. O êxodo cada vez mais acentuado dos filhos dos abastados e de muitos remediados para os colégios privados. A escola frequentada por comunidades multiculturais e multilingues, a funcionar com os mesmos recursos, programas, instalações e profissionais de há 20 anos. As turmas abarrotadas, onde alunos são transportados de realidades como o Brasil ou Angola, directos para a sala de aula em Portugal, ou - mais grave - da Ucrânia e da Roménia, sem perceberem ou pronunciarem uma palavra de português. Turmas onde só um quarto dos alunos são portugueses! Onde, o tantas vezes fragilizado tecido social, precisa que a escola ocupe, integre, eduque, instrua, aprove e alimente os seus educandos, viabilizando a convivência entre muitos alunos que as escolas do passado nunca conse-

guiram integrar e mantendo ligada essa manta de rotos retalhos que tantas vezes é a comunidade educativa.

O incidente com um telemóvel num liceu da cidade do Porto serviu para expor ao país que a escola – para espanto de muitos “peritos” – desde há muito que deixou de oferecer um ambiente abrigado das disfunções sociais, no qual muitos comentadores cresceram e se formaram. Mais uma vez os critérios editoriais dos média deixaram o país perplexo com o destaque dado ao incidente. Só quem não tem a mínima noção do que é o quotidiano escolar no secundário não se apercebe como incidentes desta e de maior gravidade são frequentes.

Entretanto houve concentração frente à residência do P.R., que nos ignorou. As intervenções públicas do Presidente da República sobre este conflito foram de uma falta de clareza e de profundidade confrangedoras. Isto é o mínimo que se consegue dizer, porque, em termos concretos, em nada contribuiu para resolver a ruptura entre o governo e os professores. Não arbitrou, não mediou, não foi interlocutor, não interveio clara e incisivamente como a gravidade da situação exigia e exige.

Um cordão humano de professores em protesto uniu o Marquês de Pombal à Assembleia da República numa iniciativa ignorada por demasiada comunicação social. Disse-se que a opinião pública estava farta de professores e sugeriu-se que o assunto tinha passado de prazo; pretende-se que tudo se consuma rápido e se deite fora - incluindo as questões sociais - mesmo sem nada estar resolvido. Pensar-se-á que o que não é noticiado, não existe? Que critérios editoriais são estes? Das nossas escolas íamos meia dúzia, até parecia que todos os outros já tinham desistido da luta e se acomodavam. O cansaço e a sobrecarga dos testes para corrigir nos fins-de-semana começava a pesar.

Na Assembleia da República, as várias oposições propuseram por diversas vezes a suspensão

do modelo de avaliação, versão complex e simplex. A maioria absoluta (constituída por muitos professores “socialistas”) grudou-se ao modelo e não o deixou cair.

Em Setembro cá estaremos

Em Maio, os directores substituíram os presidentes eleitos. A escolha coube ao tal conselho com maioria de gente não eleita para as funções e de representatividade diminuta. Percebe-se de forma clara que a gestão da escola passa a enredar-se em teias de interesses grupais e partidários, estranhos à escola. Muitos professores só acordaram para a mudança na gestão quando viram entrar o director. O ambiente volta a agitar-se na sala de professores. Nos intervalos há sempre alguém que comenta “não acredito que este modelo de avaliação, a divisão da carreira, o modelo de gestão... sejam para ficar, não pode ser!”

Em 30 de Maio, o grupo cresce de novo a caminho do Cais do Sodré e, afinal somos tantos, mais de 70 000 mil vieram de novo para a rua, milhares de pessoas fizeram longas viagens, para estarem aqui, connosco, todos, mais uma vez, reclamando por outra política, denunciando erros e injustiças. A esperança renasce.

No dia 8 de Junho, o dia seguinte às eleições europeias, respirava-se melhor na escola.

Os resultados eleitorais embateiram contra o autismo do 1º Ministro, já que nada mais o demoveu. Ainda vivemos em democracia. O poder que se ganha pode perder-se. Que alívio!

O ano lectivo vai acabar com a entrega de um documento inútil a que chamam ficha de auto-avaliação. Perdemos mais um ano da nossa vida colectiva, em grande parte, a correr atrás de papéis. A Escola e o ensino só melhoraram nas estatísticas da 5 de Outubro e cada vez mais gente desconfia desses resultados. Nós, professores, os nossos alunos e os seus

Encarregados de Educação, conhecemos a realidade e sabemos que é outra. A verdade está a vir à tona.

Acabamos este difícil ano lectivo com a certeza de que ofereceu a cada um de nós ensinamentos valiosos. Consigamos nós – professores, activistas e dirigentes sindicais - ter a competência necessária para, ao contrário dos nossos governantes, realizar a partir da experiência vivida, as inerentes aprendizagens...

Em Setembro cá
estaremos com
energia carregada
para continuarmos
a lutar por uma
escola pública
democrática.



João Paulo Videira

As conclusões do relatório da OCDE sobre avaliação de professores em Portugal validam o modelo de avaliação que a FENPROF concebeu e apresentou aos professores bem como ao Ministério da Educação que se apressou, erradamente, a desvalorizá-lo. Tal validação emerge da confluência do pensamento no que respeita àquilo que deve ser uma avaliação de professores credibilizada, eficaz e orientada, efectivamente, para a melhoria de práticas. De resto, acaba por ser irónico que muitas das recomendações que o Ministério da Educação ignorou à FENPROF, acusando esta instituição de “estar sempre contra tudo”, estejam agora, preto no branco, nas conclusões do relatório que o ME encomendou à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Logo à partida, tal como advertíramos, o modelo é gerador de tensões desnecessárias e nocivas ao quotidiano escolar. Aliás, quando a OCDE tenta traçar um louvor ao modelo acaba por anulá-lo uma vez que ao reconhecer a sua importância como um bom ponto de partida nunca põe a hipótese, pelo contrário, refuta-a, de que possa ser um ponto de chegada, uma solução.

Quando a FENPROF apresentou a sua proposta ao ME foi criticada por “resvalar constantemente para o colectivo sendo a profissão docente estritamente individual”. Contudo, as conclusões da OCDE vêm mostrar a importância do trabalho em equipa, vêm colocar em destaque que o que está em avaliação, mais do que cada professor, é a qualidade do

serviço prestado pela escola e sugerem que se trace uma relação entre o trabalho do professor e a escola em ordem a avaliá-lo. Ora, convém lembrar, que este sempre foi um dos principais enfoques da FENPROF na construção da sua proposta.

Defende, por isso, uma avaliação centrada na escola e validada por um mecanismo externo de avaliação tal como a FENPROF propõe enfatizando, nós, a importância do carácter pedagógico dessa avaliação externa.

A OCDE defende a importância do trabalho em equipa tal como faz a Federação Nacional dos Professores ao propor uma metodologia avaliativa como a co-avaliação. Importa aqui referir que a FENPROF foi mais longe do que os seus pares e mesmo do que a OCDE na medida em que, não só reconhece a importância do trabalho em equipa, como propõe uma metodologia de trabalho que a promove.

Estamos, também, em confluência com as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico no que concerne a uma menor frequência dos momentos formais de avaliação e a uma maior simplicidade no processo.

A FENPROF propõe, no seu modelo, um único instrumento: o portefólio reflexivo da avaliação do desempenho docente. Propõe a metodologia de observação de classes e defende a auto e a co-avaliação. É curioso notar que três destes quatro aspectos são considerados pelos analistas da OCDE como os instrumentos centrais e fundamentais ao desenvolvimento da avaliação do desempenho docente.

No intuito de promover mecanismos de avaliação justos e re-

conhecidos pelos professores, a OCDE recomenda que se criem critérios nacionais e critérios locais. Esta recomendação decorre da tensão que gera uma avaliação local com consequências nacionais. É lamentável que o ME tenha ignorado as recomendações e as propostas da FENPROF uma vez que propomos no nosso modelo de avaliação de desempenho da Federação Nacional dos Professores a criação de critérios nacionais uniformizantes e promotores de justiça avaliativa e critérios adaptados à realidade de cada comunidade escolar.

Por fim, importa referir que a OCDE retoma dois aspectos que o ME sempre desvalorizou quando apresentados pela FENPROF: a motivação e a apropriação do modelo pelos professores como forma de reconhecimento da sua autoridade enquanto instrumento avaliativo.

Cabe-nos reflectir em torno destas recomendações e cabe-nos agir de forma sustentada para que se não repitam os erros do passado recente que tanto têm agravado as condicionantes do exercício docente. Vai sendo altura do Ministério da Educação reconhecer as suas falhas e abrir, efectivamente, o diálogo com predisposição genuína para ouvir e debater as propostas dos parceiros sociais.

A FENPROF continuará a sua linha de actuação propositiva sustentada no estudo e na reflexão e sobretudo não esquecendo, nunca, que as propostas, para além da correcção científica e técnica, devem ser compatíveis com as condições reais de trabalho na medida em que o desvio destas gera o insucesso daquelas.

<p style="text-align: center;">Conclusão I <i>The current model of teacher evaluation in Portugal has been contentious but is necessary</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
The current model of teacher evaluation in Portugal has been contentious but is necessary	Concordamos com o facto de que o modelo foi e é gerador de tensões. De resto alertámos para elas em tempo útil e ESPAÇO apropriado. Pensamos, como sempre defendemos, que esta situação teria sido evitada caso tivesse havido um estudo de base prévio bem como uma testagem da sua implementação.
In addition, most professional development still involves attending external training events rather than continuous, school-centred coaching and mentoring support	A FENPROF não podia estar mais de acordo com esta conclusão, tanto assim que, no seu modelo de avaliação do desempenho docente propõe metodologias centradas na escola. O ME discordou das mesmas alegando que “a FENPROF resvalava constantemente para o colectivo sendo a profissão docente estritamente individual”
Government s efforts to introduce meaningful teacher evaluation are very important and should be sustained.	Claro que sim! Mas com instrumentos válidos!

<p style="text-align: center;">Conclusão II <i>A range of factors explain resistance to implementation</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>A range of factors explain resistance to implementation</p> <p>These changes have followed earlier adjustments in the terms and conditions of employment for civil servants, including teachers, such as the deferment of the retirement age, the two-year suspension of career progressions and very restricted wage rises</p> <p>The resistance encountered from teachers also reflects difficulties in operationalising a comprehensive model within a short time</p>	<p>A OCDE reconhece como factores que explicam a resistência à implementação do modelo: o alongamento das carreiras, a suspensão da progressão na carreira durante dois anos, os aumentos muito reduzidos e a implementação demasiado acelerada no tempo, logo com pouco espaço de apropriação do modelo.</p> <p>De referir que, quer na Comissão Paritária, quer em reuniões de negociação sobre esta matéria, a FENPROF alertou repetidamente para estes constrangimentos tendo colocado especial ênfase na questão da apropriação que o ME desvalorizou.</p>

<p style="text-align: center;">Conclusão III <i>Meaningful teacher evaluation is critical to improving education performance</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
...placing teacher evaluation at the core of school reforms has also generated a large consensus among the teaching profession that meaningful teacher evaluation is indispensable.	Tanto assim que a FENPROF teve o cuidado e a capacidade de apresentar uma proposta concreta que, de resto, o relatório refere.

<p style="text-align: center;">Conclusão IV <i>The current model for teacher evaluation provides a good foundation for further development</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
The current model provides a good basis for further development.	Importa notar que a OCDE reconhece a validade do modelo do ME como um bom ponto de partida mas nunca coloca a hipótese de o mesmo constituir o ponto de chegada, ou seja, a solução.
However, in our view, some adjustments are needed to reach the point where meaningful teacher evaluation is fully put in place.	Refere, por isso, a necessidade de ajustamentos até que se chegue àquilo que sempre dissemos seria fundamental: um modelo que produza resultados efectivos e significativos daquilo que é o desempenho docente. O presente modelo não serve esse propósito, logo, não pode estar em vigor. Este tem sido um argumento inúmeras vezes repetido pela FENPROF e que a equipa de analistas não pôde ignorar.

<p>Most importantly, we believe policy needs to address two key tensions in the current model: between evaluation for improvement and evaluation for career progression; and between school-level evaluation and national-level consequences.</p>	<p>Nesta conclusão, a OCDE aduz, ainda, uma argumentação que tivemos o cuidado de tratar no modelo da FENPROF e quisemos, sem sucesso, discutir com o ME: a tensão entre avaliação para a melhoria de práticas e a avaliação para a progressão. O modelo da FENPROF centra-se naquelas ainda que, em final de processo, faça reflectir os resultados da avaliação na progressão. Retirámos, contudo, a centralidade À avaliação para a progressão.</p> <p>Também no seu modelo de avaliação de desempenho, a FENPROF propõe critérios nacionais uniformizantes e promotores de justiça e critérios que contemplem a especificidade de cada comunidade escolar. Ao fazê-lo, tentávamos evitar esta tensão que resulta em disparidade nas consequências da avaliação que é haver consequências de nível nacional decorrentes de uma avaliação realizada ao nível de escola. O ME desvalorizou a argumentação da FENPROF que agora a OCDE recupera.</p>
---	--

<p style="text-align: center;">Conclusão V <i>Balance improvement and accountability and place school-level teacher evaluation in the broader school context</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>It is important to carefully address the tension between evaluation for improvement and evaluation for career progression and develop their complementarity within an articulated framework.</p>	<p>De novo, uma recomendação da OCDE precedida por uma proposta concreta da FENPROF através do seu modelo de avaliação do desempenho. De facto, um dos nossos objectivos, harmoniosamente conseguido, foi dotar a avaliação de um cariz formativo prevendo, complementarmente, consequências na progressão na carreira. Revelam-se, aqui, muito importantes os instrumentos e metodologias que a FENPROF propõe.</p>
<p>The following interlocking approach would resolve these tensions:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Strengthen evaluation for improvement through a component predominantly dedicated to developmental evaluation. . Lighten the current model and use it predominantly for career-progression evaluation. . Provide links between developmental evaluation and career-progression evaluation. . Ensure appropriate articulation between school evaluation and teacher evaluation. 	<ul style="list-style-type: none"> . O modelo integrador da FENPROF contempla este factor. . Não acreditamos nesta solução porque não acreditamos na capacidade diferenciadora do modelo do ME. . O modelo integrador da FENPROF contempla este factor. . Um modelo centrado na avaliação da qualidade do serviço prestado pela escola à comunidade é um dos pontos-chave do modelo da FENPROF.

<p style="text-align: center;">Conclusão VI <i>Strengthen teacher evaluation for improvement purposes</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>There needs to be a stronger emphasis on teacher evaluation for continuous improvement of teaching practices in the school (i.e. developmental evaluation). In the current model, the concurrent accountability purpose can reduce the effectiveness of evaluation as an important tool for fostering improvement. Developing a component of evaluation that is predominantly dedicated to developmental evaluation and fully internal to the school would avoid this risk.</p> <p>(...)This component would be an internal process covering both the pedagogical and functional performance of teachers and take account of the school objectives as well as the circumstances of the evaluatee. The main outcome would be feedback on teaching performance as well as on the overall contribution to the school which would lead to a purely qualitative assessment (i.e. with no quantitative rating) and a plan for professional development,...</p>	<p>Coincidem, também nesta material, as conclusões do relatório da OCDE e a orientação que o modelo da FENPROF dá à avaliação do desempenho docente.</p> <p>Defendemos sempre uma avaliação continuada, centrada na melhoria de práticas que contemple a realidade das condições e condicionantes de exercício em cada comunidade e de cada avaliado. Daí a proposta das metodologias de auto e co-avaliação com particular ênfase nesta última.</p>

Conclusão VII <i>Lighten the current model for use as predominantly career-progression evaluation</i>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
Lighten the current model for use as predominantly career-progression evaluation	Como já antes apontámos, não acreditamos nesta solução porque não acreditamos na capacidade diferenciadora do modelo do ME. De resto, o actual modelo enferma de demasiadas falhas de concepção para que possa vir a ser alvo de apropriação por parte dos avaliados.

Conclusão VIII <i>Provide links between developmental evaluation and career-progression evaluation</i>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>Developmental evaluation and evaluation for career progression should remain connected and it is important to design a sound basis for their interface. An immediate link is that career-progression evaluation would draw on the qualitative assessments produced through developmental evaluation, including the recommendations made for improvement.</p> <p>This might also include an interaction between the external evaluator and internal evaluators in charge of developmental evaluation.</p>	<p>Exactamente como consta da proposta da fenprof que promove, efectivamente, uma ligação entre a avaliação formativa e a progressão na carreira com base num registo qualitativo.</p> <p>Como aqui se recomenda, ainda que concretizado de forma diferente, o modelo de avaliação da FENPROF contempla uma avaliação externa reguladora do processo interno, logo, comunicante com ele.</p>

Conclusão IX <i>Ensure the appropriate articulation between school and teacher evaluation</i>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
In particular, school evaluation should include the external validation of the processes used for developmental evaluation.	A proposta da FENPROF contempla, explicitamente, esta articulação numa perspectiva pedagógica na medida em que acreditamos na docência como um trabalho desenvolvido em equipa, logo, avaliado em equipa, logo, centrado nas equipas, na escola, mais do que no apuramento de valores classificativos individuais.

Conclusão X <i>Re-examine profession-wide standards and reach a shared understanding of what counts as accomplished teaching</i>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
A national framework of teaching standards provides an essential underpinning for teacher evaluation. Teachers need a clear, concise statement or profile of what they are expected to know and be able to do.	Curiosamente, esta material parece-nos mais do âmbito do ECD, no que concerne ao perfil funcional da docência, que que da avaliação do desempenho docente. Ainda assim, admitimos que há muito trabalho a fazer nesta área e estaremos disponíveis para colaborar.

Conclusão XI <i>Develop common national criteria with adaptation at the school level</i>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>For developmental evaluation, the Ministry could also define „items and well-articulated criteria to be used across all schools. Schools should retain the autonomy to further refine such „items and criteria and weight of each component so their particular context and objectives are contemplated.</p> <p>For career-progression evaluation, the Ministry should develop a smaller set of criteria common across schools, reflecting the core aspects of the teaching profession.</p>	<p>Também no seu modelo de avaliação de desempenho, a FENPROF propõe critérios nacionais uniformizantes e promotores de justiça e critérios que contemplem a especificidade de cada comunidade escolar.</p> <p>A FENPROF não prevê a criação de critérios exclusivamente pensados para a progressão na carreira porque articula a avaliação formativa com a progressão na carreira.</p>

Conclusão XII***Differentiate criteria according to the stage of the career and the type of education***

Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>The criteria also need to be differentiated for different stages of the career.</p> <p>There could also be a case to adapt criteria to the educational level at which teaching is undertaken (aligned with differentiated teaching profiles) and to the type of education provided, including the teaching of non-traditional students (e.g. education and training courses, adult education courses, recurrent education).</p>	<p>Não só os critérios como também podem variar as metodologias de avaliação ao longo da carreira.</p> <p>A co-avaliação com critérios específicos para cada comunidade escolar, ao nível dos conselhos de docentes e dos grupos disciplinares, promove esta adaptação. A escolha, pela FENPROF, de uma metodologia como a co-avaliação não é espúria mas pensada de acordo com a necessidade de adaptar o processo avaliativo à realidade do exercício docente.</p>

Conclusão XIII***Target instruments to assess the key aspects of teaching***

Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>We recommend that instruments be simplified.</p>	<p>Não só precisam de ser simplificados como não podem existir em profusão. A multiplicidade de instrumentos dispersa a informação rouba eficácia ao processo. O modelo de avaliação da FENPROF contempla um só instrumento.</p>

Conclusão XIV***Rely on three core instruments: classroom observation, self-evaluation and teacher portfolio***

Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>We consider that the teacher evaluation system should be based on three core instruments: classroom observation, self-evaluation and the documentation of practices in a simplified portfolio.</p>	<p>A FENPROF prevê a observação de classes e a construção de um único instrumento: um portefólio reflexivo que não pode confundir-se com um dossiê ao jeito de arquivo morto.</p> <p>Já no plano da implementação da avaliação não consideramos a auto-avaliação um instrumento mas sim uma metodologia. E, quanto a metodologias, propomos duas: a auto-avaliação (!) e a co-avaliação pelo que também aqui estamos em sintonia com as recomendações da OCDE.</p>

Conclusão XV***Empower and equip school leadership to take responsibility for teacher evaluation***

Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>Empower and equip school leadership to take responsibility for teacher evaluation</p>	<p>A FENPROF defende o trabalho em equipa conquanto a construção de diferentes equipas não constitua uma arbitrária divisão da carreira por razões que se prendem com o teor das habilitações académicas e profissionais dos docentes.</p>

Conclusão XVI***Teacher evaluation is part of the broader process of developing each school into a professional learning community.***

Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
<p>School leadership is of fundamental importance to improving the quality of teaching and learning and raising educational performance in Portugal s schools.</p>	<p>É precisamente por esta razão que defendemos órgãos colegialmente eleitos e efectivamente representativos para construir lideranças de sucesso. Não há Homem algum que substitua uma equipa, sobretudo se esta foi legítima e democraticamente escolhida pelos seus pares.</p>

Conclusão XVII <i>Redesign and further develop training for evaluation skills</i>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
Redesign and further develop training for evaluation skills	A formação é um dos aspectos por que a FENPROF se tem batido e não só a formação dos professores no papel de avaliadores mas também de avaliados. Tal formação deveria estar acessível a qualquer docente interessado na matéria. Não concordamos com a divisão entre avaliados e avaliadores na medida em que, no âmbito da docência, todos temos de aprender com todos e reside nos mecanismos de partilha de informação, saberes e competências, a chave para um desenvolvimento profissional colectivo sustentado.

Conclusão XVIII <i>Accredit external evaluators for career-progression evaluation</i>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
Accredit external evaluators for career-progression evaluation	A existência de uma avaliação externa que credibilize o processo interno é um dos aspectos que constitui a proposta da FENPROF. Divergimos, contudo, quanto à funcionalidade de tal avaliação que, para a FENPROF, existe como forma de credibilização e validação do processo interno e centrado na qualidade do serviço prestado pela escola à comunidade e no respeito pelos critérios e mecanismos de avaliação. Já para a OCDE, o mecanismo externo de avaliação parece incidir, de novo, na avaliação individual além do que aponta, na prática, para a divisão da carreira.

Conclusão XIX <i>Ensure careful design to determine performance-based rewards and consider non-monetary rewards</i>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
Ensure careful design to determine performance-based rewards and consider non-monetary rewards	Partilhamos da mesma preocupação e sugerimos igual cuidado na escolha das recompensas. Se é verdade que uma recompensa em tempo, logo, não monetária é mais aceitável pelos professores, não é menos verdade que ela tende a ter um cariz permanente. Ora, a FENPROF entende que um professor não está sempre no mesmo nível de prestação pelo que a recompensa deverá ter um carácter temporário e não permanente o que se consegue melhor com recompensas de teor monetário.

Conclusão XX <i>Maintain quotas on ratings until the maturity of the system renders them unnecessary</i>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
Maintain quotas on ratings until the maturity of the system renders them unnecessary	<p>O sistema de quotas é gerador de tensões, injustiças e promove um tipo de competição de corrói e destrói o ambiente de uma comunidade educativa. Por isso mesmo nos temos posicionado contra esta medida. Ainda assim registamos que as quotas a que o relatório se reporta não são as mesmas que o ME tem defendido. Aquelas são apresentadas como um instrumento "quase" pedagógico, estas não são mais do que mecanismos de constrangimento da progressão na carreira, logo instrumentos de regulação financeira.</p> <p>Além disso, importa perguntar se falta maturidade aos professores e educadores que democratizaram o ensino em Portugal, se falta maturidade aos responsáveis pela investigação, pela formação, pela inovação pedagógica e também didáctica que tem permitido à Escola portuguesa afirmar-se e promover uma efectiva qualificação da população portuguesa.</p>

<p style="text-align: center;">Conclusão XXI <i>Give a more prominent role to the Inspectorate</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
Give a more prominent role to the Inspectorate	Tratando-se o "Inspectorate" de uma avaliação externa de carácter pedagógico, há, de novo, coincidência entre o pensamento dos analistas da OCDE e o grupo de estudos da FENPROF.

<p style="text-align: center;">Conclusão XXII <i>Strengthen the role of the Scientific Council for Teacher Evaluation to guide the development of teacher evaluation</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
Strengthen the role of the Scientific Council for Teacher Evaluation to guide the development of teacher evaluation	A FENPROF concorda e apoia esta recomendação desde que o ME se comprometa em dignificar o CCAP ao invés de ignorar sucessivamente as suas recomendações ou mesmo distorcê-las como aconteceu com as recomendações nº 2 e 5.

<p style="text-align: center;">Conclusão XXIII <i>Teacher engagement and motivation is needed for successful school reform</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
(...) it is essential to find ways for teachers to identify with the goals and values of teacher evaluation arrangements and practices.	A questão da motivação e da apropriação do modelo de avaliação como forma de antecipar a problemática do reconhecimento da autoridade do modelo tem sido enfatizada, na negociação, e sucessivamente desvalorizada pelo ME. Esperemos estejam aqui fundamentos para uma mudança de atitude da tutela.

<p style="text-align: center;">Conclusão XXIV <i>Maintain teacher evaluation during the transition towards a more robust model</i></p>	
Teor da conclusão	Posicionamento da FENPROF
The task now for Portugal is to develop a road map and timeline for making adjustments to strengthen teacher evaluation... (...) ...and manage the transition process towards a more robust model for career progression that has high credibility with teachers, parents and the general public.	Dois aspectos se nos afiguram importantes nesta última conclusão: primeiro, a necessidade de planificar a transição. Segundo, o imperativo de evoluir para um modelo mais robusto que tenha credibilidade entre os professores, pais e o público em geral donde se infere, como já referimos, que o actual modelo não faz parte da solução.

O Escola Informação na net

Cronistas residentes:
. Santana Castilho . Luisa Mesquita
. Alda Macedo . Carla Cibebe



Actualização semanal

www.escolainfo.net

O Verdadeiro Significado do Simplex 3

Rolando F. Silva

A prorrogação do “Simplex 2” por mais um ano é a capitulação total do M.E. quanto à questão da avaliação do desempenho docente e o seu “lavar das mãos” quanto a esta matéria.

Com efeito, a essência da política deste XVII Governo, quanto às questões da Educação, resumia-se à questão da contenção do deficit público (feita, inicialmente, à custa do congelamento temporário da carreira dos funcionários públicos e principalmente da reformulação do E.C.D., introduzindo uma nova e muito mais agressiva variante da “candidatura”, criada pelo governo do PSD de Cavaco e já gloriosamente derrubada pelo movimento sindical docente, com a divisão artificial entre “professores” e “professores titulares” para “oficiais do mesmo ofício”).

Sabido já, que “a crise” (que para o Governo é só oficialmente reconhecida fora das fronteiras portuguesas) varreu com toda e qualquer contenção do deficit, resta a este moribundo Governo, após a sua quarta-feira de cinzas das eleições europeias de Junho, tentar salvar a face e continuar com as suas operações de propaganda, do género, melhores resultados estatísticos na educação, mais alunos com mais tempo na escola com menos “gasto” de dinheiro, etc...

Não vale a pena perder tempo com essas canhestras encenações, à medida do perfil profissional e político do candidato próximo futuro a Primeiro-Ministro, após o mais cinzento dos congressos que o partido actualmente no governo já conheceu e vamos voltar ao tema da avaliação do desempenho docente. É sabido que o “modelo” feito por este M.E. nunca foi exequível, nem

nunca teve “pernas” para andar, antes se tratava de um pequeno “monstro” feito por encomenda à medida das artificiais alterações que foram impostas pela “ditadura da maioria” (na feliz expressão do democrata Alexis de Tocqueville), em relação ao E.C.D., nomeadamente através da introdução da exacerbação da avaliação do mérito e das quotas para a “excelência” do desempenho profissional.

Também é sobejamente sabido, que após as primeiras grandes manifestações do descontentamento dos docentes, restavam duas opções ao chefe do Governo: demitir a titular do ME ou subscrever por baixo a sua política e mantê-la no cargo. Foi esta a sua segunda opção, depois de ter avaliado que provavelmente daria mais dividendos eleitorais substituir o contestado titular da Saúde, pois o que contava era a “firmeza” perante os professores, eleitos como o “bode expiatório” por parte deste governo, que não se cansou de tudo fazer para nos tentar amesquinhar, dividir e controlar.

É claro que, com os resultados já conhecidos “a posteriori”, não só não o conseguiu fazer, como contribuiu para gerar a maior unidade, mobilização, contestação e solidariedade de sempre do movimento sindical docente português e veio ele próprio a ficar com a “fava” do 7 de Junho.

Mas é claro, que não foi só a partir desta data, que a incomodidade se instalou no seio governamental quanto à questão da avaliação do desempenho docente. A manutenção de Lurdes Rodrigues e da sua equipa obrigou a uma operação de cosmética, ou seja, à publicação do decreto regulamentar nº 1-A/2009, de 5 de Janeiro, mais conhecido pelo “Simplex”, que é a prova do reconhecimento desta equipa governamental da impossibilidade de

levar o seu modelo original de avaliação à prática.

A invocação dos estudos encomendados, como razão para o aparecimento do decreto-regulamentar nº 14/2009, de 21 de Agosto de 2009, como surge no preâmbulo do documento, justificando que é preciso mais tempo para negociar um novo modelo de avaliação do desempenho docente, não é mais do que um inaceitável prolongamento de um regime transitório, com o mais completo desrespeito pelos prazos negociados com as estruturas sindicais, no ano anterior, o do “entendimento, e que apontavam os meses de Junho e Julho de 2009 para a negociação de um novo modelo.

Derrotado nas eleições, sem espaço de manobra política, não querendo negociar, seriamente, nada porque isso, na sua perspectiva, seria sempre “capitular” (é assim que pensam aqueles que só espalharam arrogância em todo este mandato), a única saída que encontraram, para tentar manter a face, com o mínimo de custos políticos e de desgaste eleitoral, foi manter mais do mesmo, ou seja um “simplex” que, nos seus efeitos, pela desvalorização que trouxe da componente científica e didáctico-pedagógica dos docentes, transforma a sua avaliação num processo burocrático e a sua profissão num completo serviço funcionarizado.

E é contra isso que os professores irão lutar, não só pela revisão do seu ECD, como por uma avaliação do desempenho séria e responsável, centrada na escola e no processo de aprendizagem dos alunos, bem como por uma gestão que dê mais autonomia às escolas e não as tente transformar numa cadeia de comando gerida por um ministério centralizador e napoleónico.

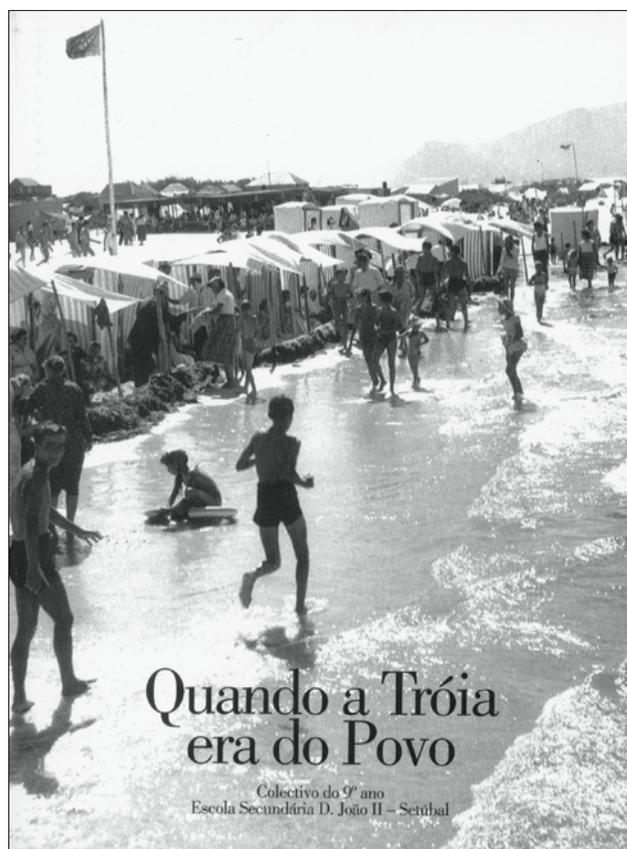
Por isso, a luta vai continuar. ■

Democracia, participação, entusiasmo, solidariedade

Os necessários ingredientes de um projecto

Democracia, participação, entusiasmo, solidariedade são ingredientes fundamentais na construção de projectos como o implementado com o colectivo do 9º ano da Escola Secundária D. João II, de Setúbal - o livro "Quando a Tróia era do Povo", que, acabado de sair, já vai na quarta edição. Projectos só possíveis no quadro da escola, pelas suas relações privilegiadas com a comunidade, como fez questão de sublinhar o seu coordenador, professor Jaime Pinho.

Numa conversa informal, em que participaram os alunos Luana Gamito e Nuno Santos, os entrevistados Maria Augusta e Luís Gamito, e os professores Maria José Simas e Jaime Pinho, falou-se um pouco da história deste livro e de como a sua construção foi sentida pelos seus diferentes intervenientes.



Um trabalho que foi "muito mais do que eu esperava"

"Eu, no início, não estava com uma expectativa muito alta, mas depois de elaborar o trabalho e dar vida ao trabalho, foi muito mais do que eu esperava". Palavras de Luana Gamito, corroboradas por Nuno Santos.

Para ambos, o trabalho realizado - tal como os seus resultados visíveis - ultrapassou as expectativas.

No conjunto das tarefas para a realização do projecto conjunto, coube aos alunos participar na elaboração dos guiões, realizar pré-entrevistas aos entrevistados "para sabermos o que é que poderíamos perguntar", realizar as entrevistas, reproduzi-las, passando-as para computador, e dividir a informação em diferentes blocos "para ficar tudo organizado".

Na concretização de todo este trabalho, foram muitas as aprendizagens.

Antes do mais, a importância do traba-

lho de equipa que, na opinião de Luana, foi “muito bem conseguido”.

E muito sobre outras vivências, as diferenças de realidades, costumes e naturalmente de mentalidades. Um conhecimento que alimentou a preocupação de valorizar e preservar essas outras vivências, essas outras formas de utilização do local. “Esperemos que não se perca isto – sublinhou Luana. Acho que as pessoas foram felizes naquela altura. E estão a perder uma grande coisa – a Tróia em si – para quem se calhar não vai aproveitar tão bem como o povo setubalense.” E acrescentou: “Este livro foi feito para preservar o que foi vivido na altura (...) As pessoas recordaram. E sentiram-se realizadas a mostrar aos outros as suas histórias”.

Foi ainda uma outra forma de aprender. “Descobrimos coisas que nunca pensámos que existiam. Ficámos muito espantados e divertimo-nos imenso a descobrir como é que era aquela altura, com os nossos pais.” Comentou Luana. E o Nuno destacou uma ideia importante: “Os alunos também gostaram muito pelo facto de aprenderem – mas com outras pessoas. Não estarem ali na sala a olhar para o livro e a ler, mas sim a ouvirem outras pessoas que viveram aquilo. Acho que aprendemos de outra maneira”.

“Era como nosso”

Os testemunhos dos entrevistados fazem jus ao nome do livro que resultou deste projecto: “Quando a Tróia era do Povo”. São vivências que – diversas embora - reflectem uma realidade de apropriação popular do local. Vivências impregnadas de alegria. Mesmo que muito naturalmente possa haver a marca de alguma idealização de tempos idos. “Eles hoje têm experiências boas que nós não tivemos. Mais conhecimentos. Uma abertura de ideias mais vasta”, nas palavras de Maria Augusta. “Os meus pais eram daqueles que abanavam na Tróia no princípio da época balnear e só saíam de lá no fim – e era muito agradável. Aquilo para nós era o fim do trabalho, era estar com a família, era conviver com os amigos. Era bom. Para mim era ótimo. E lembrá-lo foi ainda melhor”, comentou Maria Augusta, auxiliar de acção educativa

na escola.

Também Luís Gamito guarda belas recordações dos longos períodos de estadia em Tróia. “Éramos um grupo de 12 rapazes. Tínhamos as nossas tendas. Eu morava em Setúbal, e todos os dias ia de Setúbal para Tróia, três meses. Havia na altura um bilhete para a semana – e fazíamos a parte do barco até à Caldeira a pé, pela praia, pelo meio das giestas. Entretanto era pescar, ir à amêijoia, ao berbigão, búzios, ostras, chocos – havia de tudo. Praticamente a nossa alimentação, era feita com aquilo que nós conseguíamos pescar, ou apanhar.”

A comparação com a realidade actual, em Tróia, torna-se particularmente chocante. “Aquela praia já nem é praia. Aquilo está cheio de ervas. Nem é limpa. Dantes era limpa por nós. Até fazíamos ruas. Era como nosso. “Um co-



mentário de Luís Gamito a que Maria Augusta acrescentou outro igualmente significativo – “Aquilo lá imaginação não faltava”.

A Tróia de hoje já não é “como nossa”. As pessoas que podiam ir todos os dias para Tróia - e “eram pessoas que não tinham dinheiro para gastar assim, para *esbanjar*”, como referiu a professora Maria José - já não o podem fazer hoje, quando uma bica custa um euro e meio e os transportes para uma família de 4 ou 5 pessoas, 20 euros.

E sublinhou o confronto de realidades que de certo modo é o miolo deste livro. “O que nos toca no livro é essa vida em comunidade, e a utilização de um local usufruindo das potencialida-

des desse local. E não mascarando-as e transformando-as noutra coisa”.

Dar a conhecer o trabalho que se faz na escola

Dar a conhecer o trabalho, de valor, que se faz na escola e que só na escola se pode fazer. É isto o que – na opinião de Maria José Simas, professora de Inglês e Alemão - de mais importante há a destacar em todo o processo de construção de “Quando a Tróia era do Povo”.

“O que eu acho que é fabuloso é dar a conhecer, àqueles que vivem fora da escola, o trabalho que se faz na escola. Mostrar o valor do trabalho que se faz na escola. Um trabalho de equipa, não um trabalho individual. Todos nós, individualmente, poderíamos, se tivés-

semos tempo, fazer qualquer coisa. Há muita gente que o faz, que trabalha solitariamente. Mas parece-me que este trabalho tem mais valor. Porque é um trabalho em que se vão buscar pessoas que acabam por ser co-autoras de livros – como os pais, os avós, os vizinhos, os funcionários – e os alunos.”

Um trabalho de equipa, um trabalho colectivo, só possível de fazer numa escola. Ou numa comunidade. Ou numa rede de comunidades.

“Uma escola é um microcosmos – salientou Maria José Simas - Para haver um trabalho destes, tem que haver respeito entre as pessoas. Tem que haver confiança entre as pessoas. E a escola é um lugar que não funciona se não hou-

ver esses ingredientes. Respeito pelas capacidades de cada um, por aquilo que cada um pode contribuir. E também humildade da nossa parte. Sabendo que nós sozinhos não somos capazes de fazer trabalhos deste género. Seria uma coisa completamente diferente. Seria uma coisa mais académica, não uma coisa tão vivida. Isso é que é importante neste livro. É apelativo para toda a gente. E não é só isso. Eu acho que ao mesmo tempo que é um registo de vivências pessoais, vai um bocadinho mais além – porque senão não estaríamos todos aqui a discutir entre Tróia de então e Tróia de agora. Penso que põe as pessoas a pensar. Põe as pessoas a questionar o que é que é feito com o património de todos.”

Democracia, participação Ingredientes essenciais

“Uma das coisas mais importantes para mim, é que este trabalho só é possível com várias condições”. Condições que Jaime Pinho, professor de História e coordenador do projecto, enumerou de mistura com considerações e exemplos múltiplos.

Uma primeira condição: que haja um ambiente de democracia na sala de aula. E participação livre dos alunos. Até para garantir a – consciente – qualidade do trabalho. “Esta garantia de que tudo isto só era viável se houvesse democracia, julgo que foi a primeira conquista que nós fizemos”.

Uma perspectiva que se começou por aplicar à própria escolha do tema.

“Não posso chegar com um tema e dizer – olhem, nós vamos fazer um trabalho sobre este assunto. Não é possível mobilizar assim 90 a 100 pessoas de 14 e 15 anos. E não é só mobilizá-los, que nós precisamos de ter depois o entusiasmo deles e de garantir uma série de coisas de que as pessoas nem se apercebem. Precisamos garantir a seriedade do trabalho, que seja um trabalho fiável, de um máximo de qualidade. Como, por exemplo, a transcrição para o computador - tinha que ser textual, não podia haver o mínimo de batota por qualquer facilitismo, qualquer desleixo, que contaminaria o trabalho do colectivo. Como se tivéssemos um

copo de água e alguém, sem medir as consequências, deitasse uma gotinha de um contaminante qualquer. Destrói o trabalho, destrói a água, que era o nosso alimento e era aquilo de que nós precisamos. Ora esta confiança total na equipa, só é possível com democracia, com a participação em todo o processo e nas decisões. Um trabalho que é feito por 90 pessoas, é um trabalho que parte da ideia de que o mais importante é a vasta equipa. Ou seja – dar trabalho real a toda a gente.”

Outros segredos

Mas há outros *segredos* na construção de projectos como este. Para mais implementado – como Jaime Pinho sublinhou – num contexto particularmente difícil para os professores, o da “luta contra a política implacável deste Ministério e contra a perseguição, que ainda continua”. E em que entretanto se impunha manter o essencial: “o ambiente de trabalho, com o máximo de qualidade, e com o máximo de participação, e com o máximo de direitos dos alunos”.

Um primeiro segredo é “a profunda convicção de que todos os alunos e todas as alunas são capazes, e têm um papel e podem construir o seu tijolo para esta obra. A convicção de que não há alunos que sejam dispensáveis, e que a escola não deveria poder dispensar nenhum aluno. Pelo contrário, devia, logo à partida, reconhecer que, com condições e com meios e com sentido, os alunos são capazes de fazer coisas muito importantes”.

Um outro segredo: a escola tem relações privilegiadas com a comunidade. “Não só é possível estudar, digamos, a comunidade humana, mas também o meio físico, envolvente, nas suas várias vertentes. O estuário do Sado, ou a serra da Arrábida, ou o que é que era, em termos ecológicos, o espaço hoje habitado pela escola e pelo bairro – tudo isso são temas. Na minha opinião, todos os temas de estudo que costumam ser restritos às universidades, as escolas secundárias têm todas as capacidades para os abordar. A começar pelos alunos, mas também pela quantidade e pela qualidade dos recursos humanos,

e depois pelas pontes que facilmente estabelece com todos os objectos de estudo. Penso que, se quisermos estudar plantas, não é difícil encontrar até dentro da escola pessoas que sabem muito de plantas; se quisermos estudar golfinhos, há pessoas dentro da escola ou nos arredores ou na vizinhança ou na cidade, com conhecimentos nessa área”.

E depois “há esse trabalho impressionante” de muitos professores, na construção de projectos com os seus alunos. Trabalho, de qualidade, que muitas vezes fica ignorado. “Alguns são felizmente afixados no Polivalente. Nós cruzamo-nos com eles e ficamos deslumbrados. Mas a generalidade dos trabalhos ficam na gaveta. O próprio programa de História do 9º ano diz que os professores devem fazer trabalhos de pesquisa sobre história local, nomeadamente sobre história oral, baseada em fontes orais. Muitos professores fazem pequenas experiências e autênticas pérolas. Nós apercebemo-nos que os alunos contactaram e que souberam coisas muito bonitas.”

Com o livro “Quando a Tróia era do Povo”, o que se fez foi não meter o trabalho na gaveta mas sim expô-lo à opinião pública. “Vamos na 4ª edição e o que eu posso dizer é que este livro está a comover a opinião pública setubalense”. Tanto mais que se explora um tema sensível, porque sentido, e actual. “Sem querermos, talvez, o nosso livro está ligado a uma grande história que agora está a começar, que é a história da revolta do povo de Setúbal contra o roubo, contra a usurpação de Tróia àqueles que são o principal alimento e aos herdeiros verdadeiros de Tróia, que é a comunidade setubalense”.

“É fácil fazer este livro”

“É fácil fazer este livro” – é a mensagem que Jaime Pinho quis deixar aos outros professores.

“Porque a equipa é enorme; porque o entusiasmo e a energia é coisa que não lhes falta a eles e a elas, nestas idades; e temos a solidariedade entre os professores que participaram”.

Um processo que Jaime Pinho descreveu em traços largos.

“É fácil mobilizar a inteligência dos alunos para começarem a fazer sondagens lá em casa, fazerem perguntas genéricas sobre a história que nós pretenderíamos aprofundar. Quando regressavam à sala de aula eles tinham montes de pistas, montes de hipóteses de trabalho, hipóteses de investigação, de temas que nós deveríamos aprofundar. Essas pistas que eles iam transportando de casa, de conversas prévias, nós fomos registando infalivelmente no quadro, e socializando com todas as turmas. Depois foi só organizar, por assuntos, as perguntas que eles e eu achávamos que tinham pertinência, que tinham lógica. E tivemos umas dez aulas sobre técnicas de entrevista, técnicas de trabalho de campo, técnicas de pesquisa em História, muito elementares”.

O trabalho foi preparado no mês de Novembro, com pouquíssimas aulas, porque no fundamental foi feito em tempo extra-escolar. Nas aulas de informática, as falas dos diferentes entrevistados foram organizadas por assuntos. Os capítulos resultaram assim da análise, da organização dos conteúdos das entrevistas. Com uma preocupação sempre presente: “nunca perdemos o rasto das falas das pessoas. Porque os historiadores têm de ponderar os testemunhos e a qualidade dos testemunhos tem muito que se lhe diga. E portanto nunca perdemos o controle das fontes”.

Finalmente, “também foi muito fácil convencer 5 ou 6 colegas, com formação em História, a pegar naqueles cadernos e a fazerem uma síntese final, valorizando as falas mais pitorescas e os frescos autênticos daquelas descrições”.

Sintetizando: “o trabalho dos alunos foi feito em dois momentos. Tudo somado eu diria que não foi mais que duas ou três semanas. Foi o tempo de construir o guião das entrevistas e a ficha do entrevistado; foi depois o tempo de fazer as duas entrevistas por cada par; e depois foi o tempo de passar as entrevistas para o computador. Este foi o trabalho dos alunos. Alguns alunos ainda tiveram o tempo de trabalho na aula de informática a organizar os dados. E depois, o trabalho foi dos professores, na fase final”.

Grande entusiasmo e uma nota final

“Quando os livros chegaram às mãos dos alunos, eu não sou capaz de descrever o que aconteceu – comentou Jaime Pinho. O entusiasmo foi brutal. Os alunos foram os primeiros a criar uma onda impressionante e em 8 dias a primeira edição ficou esgotada. Mil e duzentos exemplares. E foram os alunos que venderam praticamente metade desses livros (para além das ofertas, como era nossa orientação). Nem conseguimos chegar às livrarias da cidade. Portanto, mandámos fazer imediatamente uma segunda edição. Mesmo em férias, alguns alunos ainda tentavam encontrar os professores e vender os livros aos seus familiares e amigos. O livro ia chegando finalmente ao circuito comercial. A segunda edição acabou também ao fim de uma semana. A terceira edição teve o mesmo ritmo e agora - em Julho - estamos nas vésperas da saída da quarta edição, aumentada com mais fotografias”. Um balanço impressionante. Talvez também porque “tenha vindo num momento privilegiado, que é um momento em que há uma comoção impressionante da opinião pública setubalense. Por causa de Tróia.” Como nota final, o coordenador do projecto sublinhou que valeu a pena.

“O trabalho é trabalho, porque dá trabalho. É como uma sementeira. Nós vemos as pessoas que trabalham no campo – lançam as sementes à terra e depois

as sementes vão estar uns meses ali debaixo da terra – e para quem estiver de fora não se vê nada, parece tudo improvável, parece tudo impossível. E eis senão quando, subitamente, os frutos, as plantas emergem e então nós damos conta de que o nosso trabalho valeu a pena. E eu penso que foi isso que nos aconteceu.” ■



Sovinice incorporated

Joaquim Jorge Veiguiña

Quando o “Resto do Mundo” desencadeia uma política de promoção do investimento público para contrastar o desemprego galopante e a anemia da procura efectiva, um grupo de economistas portugueses decidiu não reconhecer o mundo e lançar um ataque pouco fundamentado contra esta forma de investimento. “Público” é uma palavra perturbadora que deve ser irradiada do vocabulário redutor que utilizam

anual elevado e uma dívida externa em crescimento explosivo”. Não dizem, porém, que apenas o aumento do investimento e, em particular, do investimento público é a condição necessária para inverter a preocupante tendência para o aumento galopante do desemprego que poderá, a curto prazo, superar 10 por cento da população activa, o que, num país como Portugal, com graves deficiências estruturais e uma economia caracterizada pela debilidade da indústria e pelo excessivo peso de actividades “rentistas”, se pode tornar insustentável. De resto, como se pode atacar a necessidade de aumentar o investimento público quando, em termos gerais, o investimento passou de uma diminuição de menos 7,6 por cento no último trimestre de 2008 para menos de 19,8 por cento no primeiro trimestre de 2009? Isto prova duas coisas: 1º que o investimento privado não é por si próprio suficiente para garantir a retoma da economia e do emprego; 2º que num período de retracção da procura os ilustres subscritores do manifesto permanecem rendidos à virtude sovina da poupança, virtude estéril que, como dizia Keynes, não cria emprego, mas consiste apenas na abstenção do consumo.

País e do emprego”. E terminam com o lema: “a melhoria da qualidade do investimento é um imperativo”.

Começemos pelo lema. No momento actual, a “qualidade do investimento” não é uma questão prioritária. Pelo contrário, a insuficiência fundamental é quantitativa, já que o investimento registou uma quebra brutal. O problema da “qualidade do investimento” coloca-se a médio e a longo prazo, na aposta da qualificação e formação dos cidadãos, na construção de uma base produtiva e tecnológica que alguns dos subscritores do documento quando desempenhavam funções governamentais e dispunham de amplos fundos comunitários preteriram em favor de obras grandiloquentes, mas de reduzida qualidade e de precário impacto social e económico. São também frases fátuas e vazias de conteúdo os apelos “ao reforço das políticas públicas que promovam o aumento da produtividade e da competitividade”, pois tais frases não contribuem minimamente para resolver as carências sociais prementes actuais, bem como a “melhoria da competitividade das pequenas e médias empresas”, já que, estas, por si só, tendem, nas actuais condições de crise e de insuficiência da procura efectiva mais a perder do que a criar empregos, se não for relançada uma política coordenada de investimentos públicos que possa estimular a actividade económica e contribuir para o aumento do rendimento das famílias. No entanto, os representantes da sovinice incorporated partem do princípio pré-keynesiano de que o investimento, variável social, é uma função do somatório das poupanças individuais. Pelo contrário, é o nível de investimento que gera emprego, rendimento e, conseqüentemente, a repartição deste pela poupança e pelo consumo individual e colectivo. No entanto, as teses da economia neoclássica que contribuíram para a formação destas ilustres figuras impede-as de superar a sua inexorável propensão para a sovinice harpagnoniana. ■

sempre que, apesar da sua ignorância relativamente a tudo o que diz respeito às relações entre economia e sociedade, as suas concepções sovinitas e frugalistas sobre o comportamento dos sujeitos económicos encontram uma oportunidade para dar livre curso às teses sobre as alegadas “reformas” de que o país necessita.

No seu manifesto afirmam que a “taxa de investimento da economia portuguesa é o dobro da taxa de poupança nacional”, acrescentando para complementar o argumento que o país tem “um défice externo

No entanto, como este argumento sobre as “virtudes” da estéril poupança é completamente absurdo nos tempos que correm, os ilustres luminares da sovinice incorporated tentam propor prioridades que apenas confirmam a sua má fé e cientificidade duvidosa. As “prioridades” são “o reforço das políticas públicas que promovam o aumento da produtividade e competitividade”, “impactos previsíveis no rendimento nacional e na dívida externa” e “melhoria da competitividade das empresas, em particular, das pequenas e médias empresas que representam a maior parcela do tecido produtivo do





Sílvia, uma das melhores pessoas que já conheci

“Sílvia, uma das melhores pessoas que já conheci...” O comentário, de uma das colegas de Sílvia Batista - uma das homenageadas com a medalha de *mérito e dedicação* da Câmara, numa sessão realizada a 26 de Julho para entrega de condecorações a trinta e três munícipes e instituições de Loures –, fala por si. Comentário corroborado nas conversas informais no convívio que se seguiu à cerimónia e em que o envolvimento em causas sociais desta professora da Escola Básica 2,3 Bartolomeu Dias, de Sacavém, foi insistentemente valorizado.

“Podemos dizer que a professora Sílvia Batista que, frequentemente, encontramos no bairro Terraços da Ponte é, ela mesma, uma PONTE, entre a escola e o referido bairro”, sublinha-se na carta enviada pela escola à Câmara, com a proposta de atribuição da medalha agora concedida.

Uma carta particularmente esclarecedora em relação ao trabalho desenvolvido por esta professora, e de que aqui reproduzimos largos extractos.

Incansável

“Incansável, a professora Sílvia procura dar o seu contributo para a melhoria das condições escolares e sociais de todos os alunos do Agrupamento de Escolas de Sacavém e Prior Velho, participando em iniciativas diversas” diz-se na carta, em que seguidamente se referem os factos concretos.

“Começou a frequentar o bairro, como representante da Escola EB 2.3. Bartolomeu Dias no PIC (Parceria de Intervenção Prioritária) e, devido à sua preocupação social e humana, envolveu-se, sem hesitar, em outros projectos que

foram postos em prática no intuito de melhorar/superar as dificuldades e os problemas das crianças e jovens do Bairro Terraços da Ponte. Desde o ano 2004 que é representante activa, da sua escola, no consórcio do projecto Esperança apoiando as actividades dinamizadas pelo projecto, dando o seu contributo profissional e também pessoal. O facto de algumas actividades serem levadas a efeito, aos fins-de-semana, não é impedimento para a sua participação!”

E acrescenta-se: “Também, é a professora Sílvia que representa o Agrupamento de Escolas de Sacavém e Prior Velho, no âmbito da Comissão Social Interfreguesias de Camarate, Prior Velho e Sacavém – grupo temático de crianças e jovens. É, ainda, representante das parcerias da Rede Social no Concelho Local de Acção Social.

“Sendo o Agrupamento de Escolas de Sacavém e Prior Velho considerado Escola TEIP, a professora Sílvia constituiu o grupo que elaborou o projecto da Escola TEIPI, e, recentemente, o projecto da Escola TEIPII, pois, em todos os trabalhos/projectos que no agrupamento de Escolas visam a melhoria das condições humanas e sociais

dos alunos, esta docente é um elemento activo, participando, exaustivamente, e desenvolvendo muito trabalho voluntário.”

Para concluir: “São as pessoas como a professora Sílvia que fazem a tempestade virar bonança, tornando o mundo mais colorido e a vida mais harmoniosa!”

O mais importante

Para a professora Sílvia o importante mesmo é dar a conhecer a realidade humana e social da escola e de um bairro de que em geral se fala apenas pelos piores motivos.

Dar a conhecer gentes e o trabalho desenvolvido, os projectos implementados na escola, o empenhamento de professores e alunos.

Por isso mesmo este será o tema de uma próxima reportagem no Escola Informação. Reportagem a várias vozes, com Sílvia Batista, mas também várias professoras que fizeram “claqué” na homenagem que lhe foi prestada. Juntas ali como o estão nos projectos e no trabalho quotidiano no agrupamento escolar. ■

SOBRE OS ESTATUTOS DE CARREIRA DO ENSINO SUPERIOR: PARA QUE NÃO RESTEM DÚVIDAS...

1. São falsas quaisquer acusações que imputem responsabilidades à FENPROF, quanto a aspectos do processo de transição que, do nosso ponto de vista, são injustos e não conferem mais qualidade ao ensino superior politécnico.

2. Não pondo em causa a validade dos aspectos positivos para as soluções da futura carreira, os negativos, relacionados com o processo transitório, foram o motivo por que a **FENPROF não assinou qualquer acordo com o Governo** sobre esta matéria.

3. A **FENPROF bater-se-á pela alteração do regime transitório** negativo antes referido, considerando indispensável que o próximo Governo adopte, como prioritária, a resolução deste problema, uma vez que o actual já aprovou, em Conselho de Ministros, estes estatutos de carreira que mereceram o acordo, apenas, de algumas organizações de menor representatividade no sector.

4. A FENPROF já solicitou reuniões com todos os grupos parlamentares nas quais pretende apresentar as razões da sua discordância em relação ao regime transitório fixado, procurando a assunção de compromissos que levem a que, brevemente, na Legislatura que se iniciará dentro de poucos meses, este problema seja resolvido a contento dos professores, do seu emprego, da sua estabilidade e do melhor funcionamento das instituições de ensino superior.

O Secretariado Nacional

Que avaliação do desempenho no Ensino Superior à luz dos novos ECDs ?

As propostas de revisão dos ECDs, quer para o ensino superior universitário (ECDU) quer para o ensino politécnico (ECPDESP), referem que *os docentes estão sujeitos a um regime de avaliação de desempenho constante de regulamento a aprovar por cada instituição de ensino superior, ouvidas as organizações sindicais, considerando ainda que a avaliação de desempenho constante do regulamento subordina-se a princípios, como:*

Consideração da especificidade de cada área disciplinar; responsabilização pelo processo de avaliação do dirigente máximo da instituição de ensino superior; participação dos órgãos pedagógicos da instituição de ensino superior; realização periódica, pelo menos de três em três anos; previsão da audiência prévia dos interessados; prever a obrigatoriedade de alteração do posicionamento remuneratório sempre que um docente, no processo de avaliação de desempenho, tenha obtido, durante um período de 6 anos consecutivos, a menção máxima.

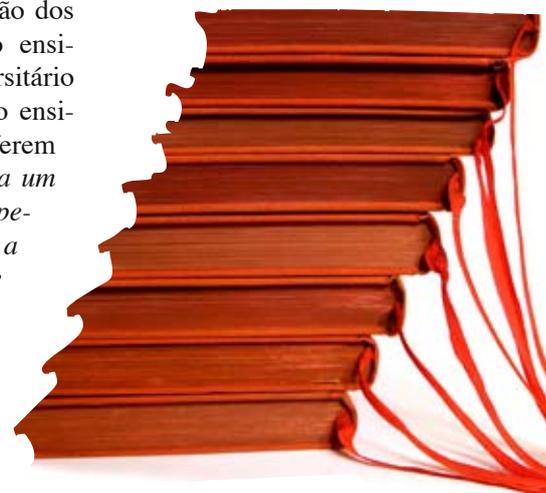
A alteração do posicionamento remuneratório não será o único efeito da avaliação do desempenho pois, sendo ela positiva, *é uma das condições que deve ser satisfeita para a contratação por tempo indeterminado dos professores auxiliares (ECDU) ou a contratação por tempo indeterminado dos professores adjuntos (ECPDESP) e a renovação dos contratos a termo certo dos docentes não integrados na carreira.*

No regime transitório está ainda previsto o seguinte:

O primeiro processo de avaliação de

desempenho tem lugar imediatamente após a entrada em vigor dos regulamentos aprovados por cada instituição de ensino superior; os regulamentos são aprovados no prazo de seis meses após a entrada em vigor do decreto-lei; a avaliação de desempenho reporta-se ao período compreendido entre o dia 1 de Janeiro do ano de 2004 e o dia 31 de Dezembro do ano de 2008; a avaliação dos desempenhos ocorridos entre 2004 a 2007 produz os efeitos resultantes da aplicação do artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, designadamente quanto à eventualidade de alteração de posicionamento remuneratório.

Face a este articulado, a FENPROF deve rever as suas propostas sobre a avaliação de desempenho e colocá-las a debate nas escolas, recolhendo opiniões para as melhorar. Deve ainda influenciar o processo de elaboração dos regulamentos. Nesse processo, os sindicatos terão que ser ouvidos, o que lhes atribui responsabilidades acrescidas. ■



Informação sobre a Profissionalização pela **Universidade Aberta**



OSCAR SOARES
Direcção do SPGL

Na sequência dos contactos e iniciativas que desenvolvemos no sentido de obter formas concretas dos professores com habilitação própria efectuarem a sua profissionalização, concretizaram-se as modalidades de a ela terem acesso fixadas legalmente pelo despacho 6365/2005 e seus sucedâneos (profissionalização extraordinária nas escolas) e mais recentemente pelo despacho 10151/09 (de profissionalização pela Universidade Aberta).

Já posteriormente ao início do 1º curso de Profissionalização pela Universidade Aberta, em reunião efectuada com a Secretaria de Estado da Educação, concluiu-se da viabilidade de estender esse esquema de Profissionalização aos professores com possibilidade de completar os 6 anos de serviço até 31 de Agosto de 2010.

Esse 2º curso de profissionalização pela Universidade Aberta está já garantido, tendo aberto as respectivas inscrições no passado dia 6 de Julho.

Mas as inscrições não abrem para todos os interessados, nem sequer para

todos os que estão em condições legais de a efectuarem!!!

A situação dos professores com menos de 5 anos de serviço

As inscrições não abriram para os que têm **menos de 5 anos** de serviço e cuja situação é grave, pois, neste momento, têm como perspectiva de futuro uma grande instabilidade com a quase certa exclusão do ensino, uma situação para a qual estamos a tentar obter solução e que passa por conseguirmos concretizar eventuais acordos/protocolos com universidades que “adaptem” mestrados de Bolonha a cursos para profissionalização destes professores. Em princípio pretendemos que lhes seja validado o curso que já têm com um esquema de equivalências que lhes valide as disciplinas do curso que já têm. Assim se conseguiria que tais professores fazendo apenas a 2ª parte do mestrado (componente pedagógica) – como a 1ª parte era validada pelas referidas equivalências - ficavam com o mestrado concluído e com a correspondente profissionalização.

Para obter aprovação para esta possibilidade já solicitámos uma reunião à Direcção Geral do Ensino Superior e a vários

estabelecimentos de Ensino Superior, contando-se em princípio com a disponibilidade activa da Universidade Aberta que já está a trabalhar neste sentido.

Será de qualquer modo uma **solução nova** e que está em fase de consolidação e exploração, esperando-se que se possa vir a concretizar a partir do ano lectivo de 2010/2011.

A situação dos colegas com menos de 6 e mais de cinco anos de serviço

Sistematizando rapidamente a sua situação nesta data (10 de Julho):

- o 2º curso de profissionalização pela U.A. que lhes era especialmente destinado, tem as suas inscrições a decorrer até 15 de Julho e iniciar-se-á em Setembro próximo.

- de momento as inscrições não estão abertas para estes professores, devido a não se ter concretizado por parte do Ministério da Educação a necessária alteração no despacho que autoriza a profissionalização pela UA. Tal alteração consiste na passagem da data limite de 31 de Agosto de 2009 para 31 de Agosto de 2010 para efeitos de completar os 6 anos de serviço. Apesar do ME em reunião ter

concordado com a legalidade (tendo em conta as leis gerais em vigor – ECD e da Profissionalização) da referida data limite para completar os 6 anos de serviço, só após muita insistência se obteve a indicação de que tal alteração de data estará condicionada à elaboração de um parecer jurídico pedido à DGRHE.

A Universidade Aberta já concordou connosco que caso saia e quando sair o despacho do Secretário de Estado da Educação abrirá um período de inscrições especialmente para estes professores. Quando tal acontecer dissemos imediata informação e o problema nessa hipótese estará resolvido em termos de acesso ao curso.

Caso não surja o referido despacho, apesar de estarmos a pressionar para que ele seja assinado o mais rapidamente possível, restam a estes professores e ao Sindicato duas possibilidades, para além da que consideramos não aconselhável (aceitarmos a derrota e desistirmos); a ver:

- arriscar fazer a profissionalização pela U.A., nestas condições e desde que esta o aceite, ou seja sem garantia de que ela é validada pelo Ministério da Educação mas reivindicando e agindo nas vias negocial e reivindicativa para que o seja.

Esta possibilidade implica alguma instabilidade, disponibilidade para participar em acções sindicais de reivindicação e obviamente a assinatura de uma declaração no acto de inscrição na U.A. afirmando ter conhecimento de que a sua contagem de tempo de serviço para estar nas condições exigidas aguarda um despacho do Secretário de Estado da Educação aceitando a data limite de 31 de Agosto de 2010 para completamento dos seis anos de serviço exigidos.

- reivindicar da Secretaria de Estado da Educação a rápida saída do despacho de alteração da data, desenvolvendo a curto prazo acções nesse sentido e com esse objectivo, mas sem se inscrever e iniciar a profissionalização antes da saída do despacho.

Saber se estas são as possibilidade reais de acção que temos ou se há outras e quais é importante para conduzir a nossa intervenção, pelo que pedíamos aos colegas interessados nesta questão que nos façam chegar “de imediato” por mail ou telefone a sua opinião sobre a matéria. ■

Externato Educação Popular

Exercício da actividade sindical

ACT dá razão ao SPGL

Como já noticiámos no Escola Informação, o SPGL solicitou intervenção junto da ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho), uma vez que a Direcção do Externato Educação Popular impedia a realização de reuniões sindicais quando o delega-

do sindical as convocava. Nesta perspectiva, o ofício ([em anexo](#)) recebido da ACT veio reafirmar o que a Direcção do Externato sempre ignorou com a sua prepotência – violação do direito ao exercício da actividade sindical. ■



Carta Reivindicativa dos/as Professores/as e Educadores/as

No dia 1 de Setembro, em Conferência de Imprensa, a FENPROF apresentou a Carta Reivindicativa dos/as Professores/as e Educadores/as procurando interpretar o pensamento e a vontade dos docentes portugueses neste momento.

Poderá aceder ao documento completo, através da Internet, em www.spgl.pt, ou no JF (Jornal da FENPROF) de Setembro. O documento está estruturado em quatro grandes áreas – recursos humanos, intervenção geral dos trabalhadores, sistema educativo e organização das escolas.

No campo dos recursos humanos

sobressaem as seguintes reivindicações:

- A revisão profunda do Decreto-Lei n.º 15/2007, Estatuto da Carreira Docente, o que passa pela supressão da fractura da carreira em duas categorias, pela substituição do modelo de avaliação do desempenho dos docentes, pela extinção da prova de ingresso na profissão e pela contagem integral do tempo de serviço, bem como por uma regulamentação do horário de trabalho pedagógica e cientificamente correcta e por condições particulares que respondam à especificidade da profissão docente, designadamente quanto às condições de aposentação.
- A alteração do actual quadro legal de concursos e colocações de professores para devolver, aos docentes e às escolas, uma estabilidade profissional que assente na definição das suas necessidades reais, nas quais terão de ser incluídas as decorrentes das novas ofertas curriculares, em matéria de recursos humanos, designadamente de pessoal docente. Uma mudança que passa por:
 - abertura de novo concurso externo e interno para o ano lectivo de 2010/2011 que corrija a grave situação que foi criada com os desastrosos resultados

das colocações dos recentes concursos,

- recolocar na esfera da administração central de todo o processo de concurso, selecção e recrutamento do pessoal docente
- corrigir o caminho de arbitrariedades e injustiças que tem vindo a ser traçado, quer no que se refere à pretensão de usar as classificações da avaliação do desempenho para aquele efeito, quer quanto à entrega da definição de critérios de selecção de pessoal às escolas, a pretexto de um exercício de alegada autonomia, quer ainda quanto ao próprio funcionamento da recém-criada “bolsa de recrutamento”;
- aprovar um regime de vinculação que crie condições de estabilidade do corpo docente e reduza a precariedade existente na profissão, factor importante para a qualidade pedagógica da actividade dos professores e educadores;
- A abertura de um amplo debate conducente à melhoria da formação inicial dos docentes e a uma profunda reformulação da formação contínua.
- A eliminação da selvática desregulação laboral que afecta muito negativamente os docentes e formadores das escolas profissionais privadas, o que passa pela negociação e aprovação de um Contrato Colectivo de Trabalho que regulamente, entre outros aspectos

Carta Reivindicativa

dos/as Professores/as e Educadores/as

de âmbito socioprofissional, regras relativas a horários de trabalho adequados, a organização, de forma equilibrada, das diversas componentes das funções docentes, tabelas salariais dignas e as condições de progressão na carreira;

- O respeito pela opinião dos educadores e professores, expressa, designadamente, pelas suas organizações sindicais, na definição de políticas educativas e na tomada de medidas de natureza pedagógica ou organizacional.

No quadro da intervenção geral dos trabalhadores destacamos as seguintes:

- A revisão das matérias mais gravosas do Código de Trabalho, bem como dos novos regimes de vínculos, carreiras e remunerações e de contrato de trabalho em funções públicas na área da administração pública, que constituem, sem dúvida, uma das mais poderosas armas do neoliberalismo no que esta concepção da sociedade tem de mais grave ao nível da fragilização da relação jurídica de emprego e dos vínculos de emprego para o trabalhador;
- A avaliação do Programa Novas Oportunidades e consequente alteração do quadro legal com vista a uma efectiva elevação das qualificações da população portuguesa, dirigida prioritariamente para a qualificação da população activa;
- A revisão justa e adequada dos salários dos trabalhadores da administração pública e a recuperação do tempo de serviço

suprimido entre 29 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007;

- O respeito e consolidação dos direitos de exercício da actividade sindical, quer dos trabalhadores em geral, quer das organizações sindicais e dos seus corpos dirigentes;

No âmbito do sistema educativo:

- A necessária e indispensável inversão de uma linha de revisão a retalho da actual Lei de Bases do Sistema Educativo nunca olhada por este governo como quadro de referência para as orientações políticas que entendeu desenvolver e, como tal, muitas vezes adulterada, ignorada, adaptada e corrigível avulso como se não se tratasse de uma Lei Quadro;
- A aprovação de uma lei de financiamento da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, que permita clarificar critérios, competências e demais regras de financiamento público desta importante vertente do sistema educativo;
- A assunção pelos partidos políticos das medidas que irão adoptar para garantir a passagem da escolaridade básica, universal, obrigatória e gratuita, para doze anos e até aos 18 anos de idade.
- A abertura de um amplo debate, sob forma de consulta pública, conduzido pela Assembleia da República, privilegiando a participação dos docentes, sobre formação inicial e contínua.
- A universalização da educação pré-escolar, concretizada até 2013 com a

obrigatoriedade de frequência no ano imediatamente anterior ao ingresso no 1.º CEB e a generalização para as crianças de 3 e 4 anos, garantida através de uma efectiva expansão da rede pública.

- A reorganização do ensino básico, desde a reforma curricular ao modelo de avaliação dos alunos passando pelas condições de trabalho nas escolas, visando o sucesso educativo dos alunos e o combate eficaz ao abandono escolar precoce.
- Uma reflexão ampla e participada sobre a estruturação curricular do ensino secundário e respectivo modelo de avaliação dos alunos, bem como acerca da sua organização, objectivos e funcionamento.
- A redefinição das políticas de educação especial e de apoios educativos, compatíveis e integradas na organização escolar, de modo a que as crianças e os jovens, em particular os alunos com necessidades educativas especiais, tenham os apoios pedagógicos e/ou os serviços de que necessitam ao longo do seu percurso escolar, respeitando a inserção destes alunos nas suas comunidades.
- A transição para um único sistema de ensino superior integrado e diversificado, com respeito pela autonomia e pela dignidade de todas as instituições.
- Um financiamento do ensino superior que permita a extinção/redução das despesas das famílias com as propinas, e não a sua fixação em custos cada vez mais altos, e o aumento do investimento por aluno ao nível da média dos países da OCDE. Ao mesmo tempo, o financiamento do ensino superior deverá suportar

uma acção social escolar capaz que fomente a frequência do ensino superior e não o seu abandono;

- A reorganização da rede escolar no respeito pelas cartas educativas aprovadas nos municípios e homologadas pelo ME.

- A consagração de uma Acção Social Escolar que seja um dos pilares fundamentais do cumprimento de toda a escolaridade obrigatória. Reforço da acção social escolar, também no ensino superior, do acesso a bolsas por parte dos estudantes, bem como da implementação de medidas de apoio especializado aos alunos com necessidades educativas especiais que o frequentam;

- A abolição de quaisquer restrições administrativas do acesso ao ensino superior.

- O desenvolvimento do ensino artístico, através de políticas de formação curriculares que o fomentem em todo o sistema e de medidas de gestão do sistema educativo que sejam compatíveis com a procura existente de especialização em áreas específicas das artes. O alargamento da rede pública de estabelecimentos de ensino especializado e o financiamento adequado das escolas privadas sempre que a oferta pública não se verifique;

- O combate a todas as manifestações de sexismo ou de qualquer discriminação de género, através de uma efectiva política de promoção da igualdade e através da consagração de uma efectiva educação para a sexualidade.

- Defesa dos direitos de maternidade e paternidade, ao mesmo tempo que se exige que sejam efectivadas a fiscalização e as penas sempre que

estes são violados;

- O respeito pelo carácter supletivo do ensino privado, designadamente através da revisão dos contratos de associação com as instituições do ensino privado, sempre que os mesmos não se justifiquem e o ensino público reunir as condições de oferta para as populações. Não podendo ser estigmatizado no quadro global do sistema de educação e ensino, a sua intervenção e a sua resposta educativa e formativa não deve, contudo, ir além do que a lei consagra.

Na área da organização e funcionamento das escolas:

- A revogação do Decreto-Lei 75/2008, que estabelece o novo modelo de autonomia e gestão das escolas, imposto pelo Governo, e consagração do reforço dos poderes dos órgãos pedagógicos e do papel dos docentes na direcção estratégica de cada Escola/Agrupamento. Isso passa por um novo modelo de direcção e gestão das escolas que reponha a elegibilidade dos órgãos e a colegialidade do seu funcionamento e que garanta condições efectivas de participação dos actores escolares na tomada de decisões, aprofundando a democracia nas escolas;

- A abolição do calendário escolar específico para a educação pré-escolar que penaliza a actividade lectiva desenvolvida com as crianças.

- A revisão do processo de transição consagrado nos textos de ECDU e ECDPESP designadamente quanto aos leitores e professores auxiliares, quanto ao primeiro, e

a milhares de docentes do ensino superior politécnico possuidores das qualificações de referência de forma a ser consagrada uma efectiva e necessária estabilidade de emprego e a serem combatidos os elevados níveis de precariedade que colocam ainda em risco profissional milhares de docentes;

- A reabertura de negociações com o MCTES que permitam efectivar sem mais atrasos o desbloqueamento das progressões nos escalões das categorias, e iniciar um processo de regulamentação da avaliação do desempenho que possa estabelecer regras orientadoras do processo em cada instituição, combatendo, dessa forma, riscos de arbitrariedades e o clientelismos;

- O reforço do corpo de trabalhadores não docentes das Escolas/Jardins de infância, nomeadamente de técnicos especializados e auxiliares de acção educativa, de acordo com as suas necessidades reais.

- Uma profunda transformação das chamadas Actividades de Enriquecimento Curricular por forma a: (i) pôr fim à sobreposição de componentes do currículo do primeiro ciclo do ensino básico e daquelas actividades, (ii) garantir que a iniciação a uma língua estrangeira integre o currículo, (iii) assegurar no 1.º CEB uma resposta social de ocupação dos tempos livres que inclua uma forte componente lúdica e (iv) determinar que a selecção, colocação e remuneração dos docentes em exercício nesta resposta social respeite regras universais semelhantes a todos os outros docentes. ●

Revisão dos Estatutos do SPGL

A revisão dos Estatutos do SPGL foi um compromisso assumido no programa eleitoral da lista A, vencedora das recentes eleições, tendo sido igualmente proposta por todas as outras listas concorrentes.

É por todos reconhecida a necessidade de alterar o modo como se organiza o nosso Sindicato e o trabalho sindical, quer a nível das estruturas quer da comunicação, dentro do respeito pela democracia e pluralidade.

Para além de aspectos puramente técnicos, que se prendem com a redacção por vezes ambígua de alguns artigos, é essencial repensar o funcionamento das várias estruturas, de modo a minimizar os enormes constrangimentos introduzidos pela nova legislação, cujo objectivo é claramente impedir que se possa desenvolver um trabalho de proximidade com as escolas, como tem sido tradição no SPGL.

É disto que se trata quando se reduz de 64 para 19 o número de dirigentes com direito a créditos sindicais, ignorando completamente o princípio da proporcionalidade, pois tanto faz um Sindicato ter 10 000 sócios como 20 000 ou mais.

Esta posição é tanto mais hipócrita quanto é certo ter o ME, há dois anos, exigido um levantamento rigoroso do número de sócios por Sindicato, afirmando-se preocupado com a representatividade.

Assim, embora sujeito a alteração se se verificar algum imprevisto, propomos o seguinte **calendário** para o processo de revisão dos Estatutos e outros:

- Assembleia Geral

de Delegados a

23 de Setembro para apresentação das metodologias de

- 1 - Revisão de Estatutos
- 2 - Votação da proposta de saída da Confederação de Quadros

Nesta mesma Assembleia, proceder-se-ia também à votação das listas de Delegados Sindicais para integrarem o Conselho Geral, sendo as listas apresentadas **até 14 de Setembro**.

Far-se-ia ainda o ponto da situação relativamente à acção reivindicativa.

- Assembleia Geral

de Delegados a

30 de Outubro para discussão das propostas e aprovação das metodologias

- Apresentação de propostas para a revisão de Estatutos até **15 de Outubro**

- Encontro de proponentes a **28 de Outubro** para eventual conciliação de propostas

- Apresentação final das propostas a **5 de Novembro**

- Início das funções da Comissão Eleitoral a **6 de Novembro**

- Início da discussão pública das propostas a **19 de Novembro**

- Assembleia Geral de Sócios a **9 de Dezembro** para votação das propostas

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

AOS SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direcção: direccao@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9143
●servicos@spgl.pt

Centro de Formação SPGL
●TEL: 21 381 9120
●formacao@spgl.pt

IIL - Instituto Irene Lisboa
●TEL: 21 381 9121
●spgliil@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
●Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel.: 219212573 Fax: 219212559
●Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt
●Vila Franca de Xira
Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487
E-Mail: vilaf Franca@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

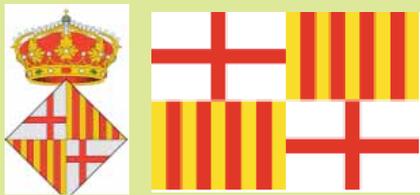
Direcção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt
●Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656

E-Mail: tomar@spgl.pt
●Torres Novas
Lg. José Lopes dos Santos,
Edif. Santa Isabel - 2º
2350-686 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt
●Almada
Av. D. Nuno Álvares Pereira,
21 - 1º Esq
2800-179 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt



Visita à CATALUNHA BARCELONA - GIRONA - FIGUERES GAUDI, MIRÓ, PICASSO, DALI

De 27 a 30 de Outubro

Preço: Em quarto individual... 760 Euros
Em quarto duplo..... 680 Euros

Hotel Cristal Palace**** Regime MP
Guia local – entradas incluídas em todos os museus

Programa de Viagem

27/10

Comparência no Aeroporto cerca das 7h da manhã. Partida de Lisboa no Voo TP-746 às 09:10h com chegada prevista às 12:00h ao aeroporto de Barcelona. Transfer com Guia local para o **Hotel Cristal Palace******. Almoço livre. À tarde excursão com **Visita Panorâmica de Cidade + Parque Guell** e entrada na **Casa Museu Gaudi** com Guia local. Regresso e Jantar no Hotel.

28/10

Após o pequeno-almoço, partida para excursão de dia inteiro com Guia local visitando às 9:00h a **Casa de Milá (la Pedrera)**, às 11:00 entrada na **Sagrada Família**. Almoço livre. À tarde entrada às 15:00h na **Casa de Batlló**. Continuação até ao **Bairro Gótico, Igreja Sta. Maria Del Mar e visita guiada à Catedral**. Resto da tarde livre para visitas a gosto pessoal, sugerindo-se

um passeio pelas Ramblas e Passeio Marítimo. Jantar no Hotel.

29/10

Após o pequeno almoço, partida para excursão de dia inteiro com almoço incluído e Guia local. Visitaremos **GERONA**, percorreremos o seu centro histórico onde se destaca **"El Call"**, um dos bairros judeus mais importantes da Europa, a **Catedral**, do século XI, a

DEPARTAMENTO
DE PROFESSORES
E EDUCADORES
APOSENTADOS

Ficha de Inscrição

Visita à CATALUNHA – Barcelona, Girona e Figueres – 24 a 30/10

Nome _____ idade _____ Nº de Sócio _____

Morada _____ Localidade _____

C. Postal _____ - _____ Telm. _____ E-mail _____

Acompanhantes (nome e idade): _____

Pagamento: Cheque nº _____ do Banco _____ no valor total de _____

Os cheques deverão ser endossados ao SPGL

Nota 1: A ficha de inscrição, acompanhada do respectivo cheque, deverá ser enviada até ao **dia 24 de Setembro**, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, ou entregue em mão na sede ou delegações do SPGL das 10 às 17h.

Nota 2: **Os inscritos serão contactados logo que a viagem esteja confirmada.**

Nota 3: Telm. de contacto: 960202007



Igreja de Sant Feliu onde encontraremos interessantes sepulcros paleocristãos e as **casas Del Onyar** construídas nos últimos tempos da idade média, e **FIGUERAS** onde veremos o famoso **Museu de Salvador Dali**. Regresso a Barcelona. Jantar no Hotel.

30/10

Após o pequeno-almoço, e já com todas as malas no autocarro, partida para excursão de dia inteiro a **Montjuic**, com visita, às 10:00h, à **Fundação Miró** (Colecção Permanente). Tempo livre para visita ao **Pueblo Español** com entradas incluídas. Almoço Buffet no Restaurante "Tip Top". Às 15:00h visita ao **Museu Picasso**. Após a visita partida para o Aeroporto a fim de regressar a Lisboa no voo TP-741, às 19:45h, com chegada prevista às 20:45h.

Condições Gerais:

Inclui: Passagem Aérea, Taxas de Aeroporto, Transfers, Excursões, Alojamento no Hotel Cristal Palace de 4 estrelas no regime de meia pensão, Guia Local, entradas nos Museus indicados e almoço buffet (não inclui o café) no Pueblo Español.

Não Inclui: Bebidas, excepto no almoço do dia 30, e extras de carácter pessoal.

Nota: As taxas de aeroporto poderão sofrer alterações.

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Informam-se os sócios aposentados que se realizará no próximo dia 1 de Outubro um Plenário cujo principal objectivo é a eleição da nova Comissão Coordenadora do Departamento.

Plenário

de Professores e Educadores APOSENTADOS

1 de Outubro
15 horas
Sede do SPGL

Ordem de Trabalhos:

- 1 ● Informações.
- 2 ● Actividades desenvolvidas pelo Departamento e perspectivas futuras.
- 3 ● Eleição da Comissão Coordenadora para o próximo biénio.
- 4 ● Outros assuntos.

O Coordenador do Departamento
Bráulio Martins

Legislação

• **Parecer 2/09, 22/04**

Parecer CNE sobre os projectos de lei relativos ao regime de aplicação da educação sexual nas escolas

• **Portaria nº 458/09, 30/04**

Aprova os modelos de requerimentos e declaração que regula a protecção na parentalidade do sistema providencial e do subsistema de solidariedade.

• **Portaria nº 511/09, 14/05**

Fixa os montantes das prestações por encargos familiares e das prestações que visem a protecção de crianças e jovens com deficiência ou em situação de dependência.

• **Despacho nº 13170/09, 04/06**

Definição de um conjunto de regras relativas a matrículas e renovação de matrículas.

• **Despacho nº 13399/09, 08/06**

Mobilidade pessoal docente.

• **Despacho nº 13501/09, 09/06**

Apoio financeiro para o ano lectivo 2008/09 para as IPSS's.

• **Despacho nº 13502/09, 09/06**

Apoio financeiro para o ano lectivo 2008/09 às Misericórdias.

• **Portaria nº 649/09, 09/06**

Aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos artísticos especializados de nível secundário de educação no domínio das artes visuais e dos áudio-visuais.

LE MONDE *diplomatique*

edição portuguesa

ASSINE O
LE MONDE DIPLOMATIQUE - EDIÇÃO PORTUGUESA

OFERTA ESPECIAL PARA SÓCIOS DO SPGL

30% DE DESCONTO

1 ano ~~€ 40,00~~ € 28,00

2 anos ~~€ 75,00~~ € 52,50



mais informações em
<http://pt.mondediplo.com>



www.spgl.pt
A PÁGINA DO SEU SINDICATO

Efeitos da suspensão do Contrato de Trabalho por impedimento prolongado

Com a entrada em vigor da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, ocorrida em 1-1-09, o pessoal docente passou a estar vinculado através de contrato de trabalho em funções públicas, por aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (cfr. artigos 88º e seguintes). Nesta medida, à relação jurídica de emprego do referido grupo profissional passou a ser aplicável o Regime Jurídico do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (R.C.T.F.P.) e respectivo regulamento, publicados em anexo à citada Lei nº 59/2008. Foi tendo em conta as características do regime da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado, previsto no citado regime jurídico, designadamente no que diz respeito aos efeitos que passará a produzir em matéria de direito a férias, que me foi sugerida a abordagem deste tema. De acordo com o artº 230º do R.C.T.F.P., a suspensão do contrato de trabalho "...pode fundamentar-se na impossibilidade temporária, respectivamente, parcial ou total, da prestação do trabalho, por facto respeitante ao trabalhador e no acordo das partes". Estabelece ainda este preceito legal que a suspensão do contrato de trabalho também pode ocorrer pela celebração, entre trabalhador e entidade empregadora, de um acordo de pré-reforma. Em termos gerais, a suspensão do contrato de trabalho não determina a perda de quaisquer direitos, deveres ou garantias das partes na medida em que não presuponham a efectiva prestação do trabalho e o tempo correspondente à respectiva duração é contado para efeitos de antiguidade (cfr. artº 231º do R.C.T.F.P.). Contudo vamos-nos centrar nos efeitos da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado do trabalhador, designadamente na situação de doença.

O legislador distingue a situação de suspensão por facto que é imputável ao trabalhador e a situação por facto que não lhe é imputável. Ora, é precisamente neste último que se insere a referida situação de doença. Neste caso, a suspensão só ocorre quando, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 232º do R.C.T.F.P., o correspondente impedimento temporário se **prolongue por mais de um mês.**

Embora o disposto neste preceito legal **só venha a abranger o pessoal docente futuramente, quando forem publicados os diplomas legais que vão regulamentar o regime da protecção social convergente** (cfr. artº 19º nº 5 da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro), o facto é que a sua publicação vai determinar a aplicação, àqueles trabalhadores, do regime de efeitos da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado, previstos no artº 179º do R.C.T.F.P., bastante inovador em relação ao que e ainda se aplica.

Com efeito, este preceito legal, para além de estipular que o trabalhador naquela situação tem direito à remuneração correspondente ao período de férias não gozado e respectivo subsídio, vem dispor ainda que "No ano da cessação do impedimento prolongado, o trabalhador tem direito a gozar dois dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato, até ao máximo de 20 dias úteis". Isto significa que, contrariamente ao que decorre do disposto no Dec-Lei nº 100/99, de 31 de Dezembro (aplicável ao pessoal até a publicação dos diplomas supra referidos), que prevê que, em situação idêntica, o trabalhador mantém o direito ao gozo integral do período de férias, este preceito vem apenas permitir o seu gozo proporcional. Este mesmo preceito legal vem ainda dispor que, no caso de no ano da cessação do impedimento sobrevir o termo do ano civil antes de decorridos seis meses de execução do contrato ou antes de gozado o direito a férias, o trabalhador pode usufruí-lo até 30 de Abril do ano subsequente.

Também em oposição ao regime ainda aplicável ao pessoal docente, (cfr. artº 16º do Dec-Lei nº 100/99) o legislador também veio prever que na situação de cessação do contrato após impedimento prolongado respeitante ao trabalhador, este apenas tem direito à remuneração e ao subsídio de férias correspondentes ao tempo de serviço prestado no início da suspensão do contrato.

Finalmente é de referir que, no que se refere ao subsídio de Natal, o legislador optou por uma solução diferente já que, nos termos do artº 207º nº 2 alínea c) do R.C.T.F.P., o referido subsídio é pago integralmente ao trabalhador, no caso da suspensão do contrato de trabalho decorrer de doença do próprio. ■